

# Predicação

Carlos Franchi  
Unicamp/Usp

A noção de predicação é central na teoria lingüística desde as primeiras reflexões sobre a linguagem. Entretanto, têm-se usado as noções de *predicação*, *predicável*, *predicado* (e seus correlatos *argumento*, *sujeito*) sob condições definitórias e em contextos teóricos tão distintos, que não se está livre de inextricáveis embaraços e confusões mesmo entre lingüistas e filósofos dos melhores.<sup>1</sup> Reitero que a noção de Predicação a definir me interessa como conceito do componente semântico de uma teoria gramatical. Convém, pois, explicitar com a maior precisão possível o sentido em que a devo empregar e qual o seu suporte intuitivo.

Neste capítulo, depois de uma rápida revisão de algumas concepções de predicação (em 1), pretendo examinar (em 2) a que relações sintáticas a relação de predicação se estende como correlato semântico, para formular, em seus traços mais gerais, uma noção lingüística de Predicação em (3). Cuido de caracterizá-la semanticamente, como relativa às representações (ao sentido) que medeiam a interpretação das expressões das línguas naturais e, grosso modo, as associam a indivíduos, propriedades, estados e eventos no universo do discurso.

## 1 DIFERENTES CONCEPÇÕES DE PREDICAÇÃO

De modo geral, *predicado* e *sujeito* (ou *argumento*) são termos funcionais<sup>2</sup> que se referem a expressões lingüísticas. Na tradição gramatical, esses termos se definem como correlativos.

(1) - *sujeito é (a expressão que denota) o elemento de que se fala na oração < > predicado é (a expressão que denota) aquilo que se fala do sujeito.*

Tal definição intuitiva tem sido, porém, interpretada com base em pelo menos quatro diferentes famílias de conceitos.

**1.1** Na interpretação de (1), podem-se ter em mente entidades no universo do discurso. Assumamos uma ontologia bem simples, em que se incluem eventualidades, como aquilo que se descreve nas proposições, e propriedades e indivíduos, aquelas caracterizando diferentes tipos de eventualidades – eventos (ações, causas), processos, estados, relações), estes enquanto entidades participantes de uma eventualidade e nelas relacionados.<sup>3</sup> A relação de predicação – *falar de, predicar de* – corresponderia à atribuição de propriedades a indivíduos.

Mesmo nessa concepção, é às expressões que se colocam pelas propriedades, que se chama de *predicados*, e às expressões que se colocam pelos indivíduos, que se chama de *sujeito*. A respeito de:

(2) a - Sócrates é mortal    b - Todo homem tem irmãos

não se diria que o sujeito e nem mesmo o *sujeito lógico* de (2-a) é Sócrates ou de (2-b) são todos os homens a que nos referimos, mas os nomes *Sócrates* e *todo homem*; nem que as propriedades correspondentes a ser mortal ou a ter irmão são o predicado. Obviamente, indivíduos e propriedades pertencem à esfera das entidades de que o sujeito e o predicado são correlatos na esfera dos signos que se compõem para formar uma proposição. Assim, embora definidas para expressões, essas funções se caracterizam por critérios denotacionais: trata-se de *funções lógico-semânticas*.

Nem sempre, entretanto, se tiram todas as conseqüências desta distinção entre os planos ontológico e simbólico. GEACH (1962, p. 23), por exemplo, ao precisar o uso do termo *predicação*, ou seja, da relação *f predica de x*, define-a como associando expressões predicativas a entidades – indivíduos referidos pelo sujeito: *f* se substitui à expressão na função de predicado; *x*, ao referente do *sujeito*. No mesmo sentido lógico, LYONS (1977, p. 148) define *predicado* como um termo que é usado em combinação com um nome a fim de dar alguma informação sobre o indivíduo a que o nome se refere: i.e. para atribuir-lhe alguma propriedade.<sup>4</sup>

Isso decorre de se ter em mente não a sintaxe das línguas naturais, mas a sintaxe da notação lógica e as exigências específicas do cálculo dos predicados tal como formulado na lógica clássica. De fato, para a representação das orações das línguas naturais, se inclui na sintaxe própria do simbolismo lógico, além de constantes correspondentes aos itens lexicais, um novo conjunto de termos lógicos, as variáveis individuais. Estas correspondem a *referentes no universo de discurso* de que se predica, sendo fácil escorregar de uma relação entre termos, na metalinguagem, a uma relação entre predicados e entidades que, como tais, não se expressam por termos disjuntos na linguagem-objeto.

Essa transferência de resultados da análise semântico-referencial pode-se avaliar na análise de REICHENBACH (1947, p. 251, 254). O autor observa que uma das “deficiências” da gramática tradicional<sup>5</sup> é desconhecer o conceito de função proposicional e ser incapaz de distinguir, nas orações que se formam com os predicados e sujeitos de (1), proposições com variáveis ligadas das que resultam de especialização:

- |                           |   |                                                              |
|---------------------------|---|--------------------------------------------------------------|
| (3) a - Sócrates é mortal | > | $\mathbf{M(s)}$                                              |
| b - Sócrates tem irmãos   | > | $\exists y[\mathbf{I(y, s)}$                                 |
| c - Todo homem é mortal   | > | $\forall x[\mathbf{H(x)}\supset\mathbf{M(x)}$                |
| d - Todo homem tem irmãos | > | $\forall x, \exists y[\mathbf{H(x)}\supset\mathbf{I(y, x)}]$ |

Informalmente,

- (4) a - Sócrates *é mortal*  
 b - Existe pelo menos um indivíduo  $y$  tal que  $y$  *é irmão de* Sócrates,  
 c - Qualquer que seja  $x$ , se  $x$  *é homem*, então  $x$  *é mortal*,  
 d - Qualquer que seja  $x$ , existe pelo menos um indivíduo  $y$  e, se  $x$  *é homem*, então  $y$  *é irmão de*  $x$ .

Em tais fórmulas, a relação de predicação se estabelece comumente entre constantes predicativas e variáveis individuais (2-b, c, d). Em (4)-(5), tratam-se como predicados, independentemente da classe morfológica, verbos, adjetivos, nomes comuns.

À classe dos predicados lógicos podem-se incorporar ainda as preposições e os advérbios. Uma das análises mais prestigiadas e mais elegante formulação em uma lógica de primeira ordem é certamente a de DAVIDSON (1967). O autor sugere uma análise formal das orações contendo expressões adverbiais,<sup>6</sup> especificamente os advérbios ou sintagmas preposicionados adverbiais que introduzem uma nova entidade – lugar, tempo, instrumento. O autor busca construir a forma lógica de (5) de modo a dar conta de acarretamentos como os de (6):

- (5) João atravessou o canal em uma hora em uma canoa.  
 (6) a - *Isso* (que João tenha atravessado o canal/a travessia do canal por João) se deu em uma hora,  
 b - *Isso* se fez com uma canoa.

A substituição da ação descrita pelo anafórico *isso*, pela subordinada *substantiva* ou pela nominalização deixa (a) e (b) de (6) sem um argumento individual, a não ser que, entre as entidades  $a$  que as expressões se referem enquanto indivíduos particulares se incluam eventos.<sup>7</sup> E' o que propõe Davidson: acrescenta à estrutura argumental do predicado – *atravessar(x,y)* –, além de  $x$  e  $y$ , variáveis individuais correspondendo a *João* e a *o canal* em (5), uma nova posição para os eventos:

- (7) Atravessar ( $x$ ,  $y$ ,  $e$ ),

possibilitando que as expressões adverbiais se vertam na metalíngua como predicados sobre a variável individual de evento e permitindo derivar os acarretamentos que deseja. A forma lógica de (5), tomando-se  $x$ ,  $y$ ,  $z$  e  $w$ , respectivamente, por João, o canal, uma hora, uma canoa, se expressa simplificada como:

(8)  $a - \exists e [[\text{atravessar}(x,y,e)] \& [\text{em}(z, e)] \& [\text{com}(w,e)]]$ .

Observe-se que, estritamente, são as preposições que correspondem a um predicado lógico nas expressões adverbiais, contribuindo para a construção da estrutura lógico-semântica.<sup>8</sup>

Consideremos agora o advérbio *rapidamente* em:

(9) João atravessou o canal rapidamente.<sup>9</sup>

Podemos estender a essa oração a análise proposta em (8)<sup>10</sup> e fazê-la corresponder a:

(10)  $\exists e [[\text{atravessar}(x,y,e)] \& [\text{rápido}(e)]]$

Nessa perspectiva, além das preposições, os advérbios também se incluem na classe dos predicados lógicos. Embora a reflexão dos filósofos e lógicos deva ser levada em conta e incorporada em grande parte às intuições sobre que se funda à noção de predicação que construiremos em 3, deve-se desde logo observar como o simbolismo se distancia da sintaxe das línguas naturais e se enfraquece bastante o princípio de transparência a que nos referimos na introdução. Voltaremos a esse ponto em 2.5. Por outro lado, o envolvimento direto ou indireto de elementos da esfera das entidades no universo de interpretação nos distancia de uma caracterização exclusivamente lingüística da predicação.<sup>11</sup>

**1.2** A estrutura argumental de cada predicado das línguas naturais, nessa concepção, se representa melhor, em termos de função proposicional, pela sua adicidade: pela seqüência das posições sintáticas que devem ser saturadas por determinados argumentos para a construção do esquema de uma oração completa:

(11)  $P(x_1, x_2, \dots, x_n), x \geq 1$

A relação predicativa se estende a cada um desses argumentos, e a distinção entre os indivíduos de que se predica não se nota no simbolismo lógico a não ser por uma convenção sobre a ordem dos elementos.

Entretanto, como observou FILLMORE (1965, 1972), as relações semânticas entre um predicado e seus argumentos não são as mesmas, quando se levam em conta os papéis que cada um deles desempenha no evento, ou seja, os *casos semânticos* (ou *papéis temáticos*) associados aos argumentos na predicação. Por exemplo, nas orações:

- (12) A costureira rasgou o tecido com uma tesoura,
- (13) O tecido virou um pano de prato,
- (14) O garoto preocupa os professores,
- (15) O garoto adora os professores,

os sujeitos e objetos diretos – o primeiro e segundo argumentos dos predicados na notação habitual de (11) – estão associados, na seqüência, aos pares de papéis semânticos:<sup>12</sup>

- (16) <Agente, Paciente>,  
       <Paciente, Resultativo>,  
       <Causa, Experienciador>,  
       <Experienciador, Objetivo>

Dada a distribuição indiferenciada dos papéis nas duas posições sintáticas, a convenção interpretativa sobre a ordem não permite distingui-los uns dos outros: para isso, devemos recorrer a informações léxico-conceituais dos predicadores, ou seja, ao que o falante e ouvinte sabem do sentido desses verbos. O que importa é que predicados com a mesma adicidade se distinguem pela sua rede temática, sobre a qual se podem construir várias generalizações descritivas relativas a propriedades sintáticas da oração nas línguas naturais.

A noção de papel temático é diretamente relacionada à estrutura argumental de um predicado lógico. A relação intuitiva de predicação – *f predica de x* – se expressa por o predicado atribuir um papel temático a seus argumentos (incluído o que se realiza sintaticamente como *sujeito* e a relação – *x é argumento de f* – por o argumento receber do predicado um papel temático:<sup>13</sup> *a predicação se caracteriza intensionalmente pelo conteúdo semântico dessa relação e sujeito e predicado se caracterizam como funções léxico-conceituais*. Em outros termos, a teoria dos papéis temáticos é a versão linguística intensional das noções lógicas extensionais de predicação, predicado, argumento (STOWELL, 1981; WILLIAMS, 1995).

Nesse sentido, é o fato de expressar basicamente as relações temáticas que constitui uma das propriedades representacionais da Estrutura-Profunda, tal como a concebem diferentes tendências gerativistas das décadas de 70 e 80 – a Gramática de Casos, a Semântica Gerativa, a Semântica Interpretativa, a Teoria de Princípios e Parâmetros na versão de Chomsky:<sup>14</sup> toda relação temática de um predicado deve ser saturada por um argumento em uma posição sintática e cada argumento deve receber um papel temático.

É importante notar, porém, que em todas essas versões se distinguem nitidamente a estrutura argumental de base léxico-conceitual e a estrutura sintática de predicação ou *sujeito profundo* e *sujeito gramatical*. A maioria dos autores reserva o termo *predicação* para expressar uma relação configuracional sintática ou mesmo evita o uso de termos *sujeito* e *predicado*, considerando-os termos descritivos sem estatuto teórico.

Há, porém, exceções, como a teoria da predicação de JO NAPOLI (1989, cap.1) que tomo como exemplo. A autora, em sua teoria da predicação, começa por estabelecer uma nítida distinção entre, de um lado, a noção de predicado – enquanto entidade semântica que não possui qualquer característica sintática – e a noção de item lexical predicativo – nomes, verbos, adjetivos e mesmo preposições que podem ser o núcleo da expressão de um predicado; de outro lado, as entidades que desempenham um papel determi-

nado pelo predicado (“role players” – termo que usarei a seguir sem traduzir) e os argumentos que recebem papéis temáticos dos itens lexicais.

As duas relações assim definidas, embora distintas por se situarem na esfera das entidades (semânticas) e no plano da expressão lingüística, são altamente coincidentes. De fato, itens singulares, núcleos de predicados, ou núcleos de sintagmas predicativos complexos – cuja representação lexical possui uma estrutura de evento (*eventualidade* em 1.2, nota 6) – tomam argumentos aos quais atribuem papéis temáticos; em outros termos (Princípio de Coincidência), os argumentos de um item lexical são os role-players do predicado cujo núcleo é esse item lexical.

Informalmente, pela predicação se constrói uma proposição, como a expressão de um evento, sendo o predicado, em uma primeira análise, um nome-de-evento (um “event-word”) que toma pelo menos um role-player. Assim, uma oração como:

(17) Jean lent Mary books,

pode ser analisada como a combinação do predicado *lent* e os role-players *Jean*, *Mary* e *books*. Mas outras análises são possíveis, tomando-se pela expressão do evento predicados complexos – *Jean lent* (tomando como role-players *Mary* e *books*), ou *lent Mary* (role-players = *Jean* e *books*), ou *Jean lent Mary* (role-player = *books*), ou mesmo um predicado descontínuo como *lent...books* (tomando como role-players *Jean* e *Mary*, sem correspondência direta, pois, com a estrutura hierárquica dos constituintes sintáticos (p. 7 e 14).

Isso leva Jo Napoli a rejeitar qualquer definição “formal” de predicado ou, como diz, a trazer de volta a discussão lingüística sobre a noção de predicação para a esfera da semântica. Não haveria como caracterizá-la pela correspondência do predicado a determinada classe gramatical (SV, por exemplo), nem via restrições configuracionais que envolvam conceitos como os de projeção máxima (WILLIAMS, 1980; ROTHSTEIN, 1983, CULICOVER & WINKINS, 1986) ou princípios de localidade (subjacência, adjacência), ou

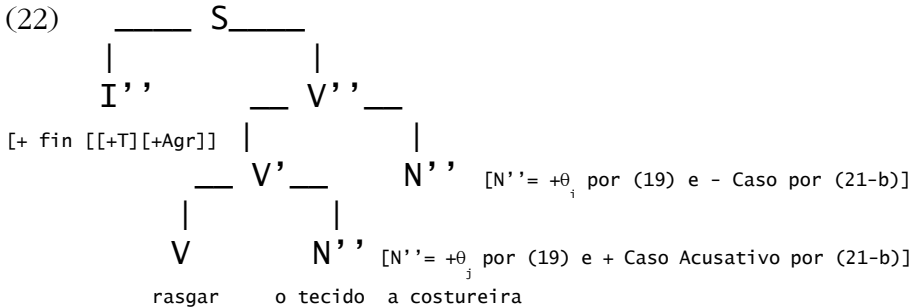


usando qualquer terminologia sintática. Nem que o role-player-sujeito possa definir-se como um argumento externo (WILLIAMS, 1980, 1995).<sup>15</sup>

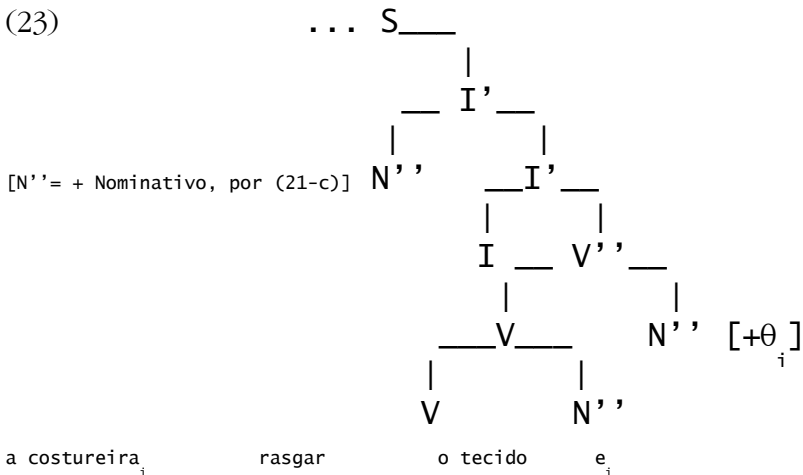
**1.3** O último parágrafo nos recomenda discutir desde logo uma noção estritamente sintática de predicação. Na gramática descritiva, as definições de sujeito e predicado são tipicamente nocionais (de algum modo semânticas) ou discursivas (de algum modo pragmáticas). Mas na prática da análise, sujeito e predicado gramaticais se determinam por critérios “formais”: traços e propriedades gramaticais – o caso morfológico, a concordância verbal, posição dos constituintes (JESPERSEN, 1924, p. 203; HALLIDAY, 1967/68). Em última análise, trata-se de um recurso sintático para tornar visíveis à interpretação relações e funções em outros planos lingüísticos: entre outras, instruções sobre a organização da oração enquanto mensagem, o tema ou o dado em construções não marcadas, a proeminência do Agente na organização da estrutura argumental da proposição. Assim, a noção sintática de predicação e as noções funcionais de sujeito e predicado se distinguem claramente da concepção lógica e da concepção temática, bem como da concepção pragmático-discursiva apresentada em 1.4.

Na concepção lógica da predicação, como vimos, um tratamento com base em propriedades sintáticas e morfossintáticas até se torna irrelevante: função-argumentos/funtores-nomes se substituem a predicação-argumentos/predicado-sujeito. Na versão lingüística dessas intuições em termos de relações temáticas, a caracterização gramatical das noções de predicação, predicado e sujeito depende exclusivamente da configuração formal da representação sintática sobre que a rede temática do predicador é projetada e de operações sobre essa estrutura de base.<sup>16</sup> As noções de sujeito e predicado são, agora, ou meras etiquetas descritivas sem estatuto teórico, ou se obtêm via extensões definicionais a partir da configuração sintática.<sup>17</sup> É, entretanto, a Teoria de Princípio e Parâmetros, tal como proposta por CHOMSKY (1981) e em seus desenvolvimentos (CHOMSKY, 1986-a, 1986-b, e seus seguidores), que mais se aproxima da tradição





Como se observa, embora sob a projeção de V se represente a estrutura argumental temática do predicado, a versão- $\theta$  das noções de predicado e sujeito lógicos, o “sujeito” *a costureira* não se encontra em uma posição- $\theta$  “visível” para a interpretação como exigido por (20). Uma transformação motivada pela necessidade de satisfazer o critério- $\theta$  e pelo filtro de caso, move esse sintagma nominal para uma posição de especificador de I”:



Nessa descrição estrutural, pode-se facilmente definir configuracionalmente as noções funcionais de sujeito e predicado gramaticais (CHOMSKY, 1965, cap. 2): aquele, como o SN-argumento externo ao sintagma verbal, na projeção de I, caracterizado pela

ordem do constituinte em relação ao predicado, pelo caso nominativo que recebe e pela concordância verbal; este pelo SV, complemento de I. Note-se, entretanto, que tais noções já não possuem qualquer estatuto teórico: já não entram como elementos do sistema de princípios e parâmetros que determinam as formas possíveis dessas representações. Nesse sentido, os princípios, parâmetros e operações que determinaram a estrutura sintagmática de (23), constituem uma formalização explicativa de critérios tradicionais de caracterização do sujeito e predicado gramaticais.

Por outro lado, distingue-se inteiramente a relação entre predicado e argumentos lógicos, que também se subsumem sob o conceito de relações temáticas. Note-se, entretanto, que já não se faz referência ao conteúdo semântico dos “papéis temáticos” (Agente, Paciente, Experienciador, etc.): para o processo de construção dessas representações é relevante somente saber-se que posições são theta-visíveis e que posições não são theta-visíveis.<sup>24</sup>

**1.4** Finalmente, um outro modo de interpretar a correlação entre sujeito e predicado é atribuir às frases – *aquilo que se fala de e aquilo de que se fala* – um sentido que envolve uma escolha do falante sobre os modos de organização do próprio discurso. *Sujeito e predicado se tratam como funções discursivas*, em um plano semântico-instrucional, inteiramente distinto dos planos referencial e representacional, como relativas às unidades informativas, ou seja, em termos de noções como as de tema/rema, novo/dado, pressuposição/foco. GARDINER (1932; p. 255 e segs.), por exemplo, afirma que sujeito e predicado, enquanto constituintes da oração se situam ao nível do discurso. O que permite passar da língua ao discurso, ou das palavras ao sujeito e predicado na sentença, é que esta contém *a intenção do locutor*, ou seja, resulta de uma escolha intencional do “ponto de partida” da construção.<sup>25</sup>

A versão mais extremada dessa tendência se compreende nas noções de sujeito e predicado, tal como as caracteriza PAUL (1880, p. 133 e sgs.). Para esse autor, mesmo que se tenha que distinguir a

noção de sujeito/predicado psicológico da noção de sujeito/predicado gramatical, esta deve basear-se naquela. O sujeito psicológico é a primeira idéia existente na consciência de quem fala, de quem pensa – ou, no dizer de Gabelentz, do ponto de vista do ouvinte, aquilo sobre o que se quer fazer que ele pense e sobre que se quer fazer que ele dirija a atenção. A essa primeira idéia se associa uma segunda, o predicado psicológico.

Em uma oração como:

(24) Carlos viaja amanhã para Berlim

se o sintagma verbal é novo, então *Carlos* é o sujeito, completado pelo predicado *viaja amanhã para Berlim*. Mas, conforme muda o acento principal que manifesta o constituinte-foco da oração, *viaja* pode ser o “sujeito”, completado pelos “predicados” *amanhã* e *para Berlim*; ou se já se sabe que Carlos viaja amanhã ou que Carlos viaja para Berlim, é somente *para Berlim* que é o predicado, no primeiro caso, e *amanhã*, no segundo. Chega a admitir que em:

(25) Carlos cavalga amanhã para Berlim,

pode-se saber já que Carlos vai a Berlim, incluir-se-ia o verbo semanticamente mais geral no “sujeito” e a determinação predicativa se reduz ao elemento específico que expressa o meio por que viaja.

Para evitar tais sutilezas,<sup>26</sup> GARDINER (1932, p. 290) evita o uso dos termos *sujeito/predicado psicológico*, reconhecendo somente que qualquer palavra pode empregar-se em um modo “predicativo”, ou “predicativamente”, nos casos em que sobre ela incide um stress focal. Ele observa que esse uso predicativo é um “elocucional trick”, um mecanismo elocucional, discursivo, pelo qual se evita uma completa remodelação da sentença. Assim em (26), em que se marca elocucionalmente pela acentuação o novo, corresponderia a (a) ou (b) em (27):

(26) *James* chegou cedo (o negrito indicando a expressão focal)

(27) a - Quem chegou cedo foi James (e não outro),

b - Foi James que/quem chegou cedo,

neste caso, com uma real reconstrução da estrutura segmental da oração redistribuindo os constituintes sintáticos e reorientando a relação sujeito-predicado. Ao contrário, em (26), o recurso expressivo à entoação e ao acento prosódico permitem a manutenção do mesmo nexos predicacional congruente.

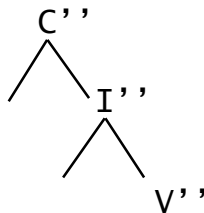
A escolha desse ponto de vista discursivo na caracterização da noção das relações gramaticais, como a de sujeito e objeto, persiste, embora matizada, em muitas teorias funcionalistas. GIVÓN (1984, p. 135 e 1866), por exemplo, embora reconheça que a essas posições sintáticas se associam de modo sistemático (ou elas “co-existem com”) determinadas funções semânticas (ou papéis – “case-roles”), considera um equívoco defini-las por essa correlação: sujeito (e objeto) é em larga medida uma noção pragmática, resultado de um processo de gramaticalização da função de tópico em uma configuração estrutural. Em outros termos, é uma categoria (sic) sintática que “codifica” um outro plano funcional da linguagem, o plano pragmático-discursivo; mais especificamente, faz parte do sistema complexo que codifica o tópico sentencial.

Em teorias gramaticais contemporâneas, como a teoria da gramática gerativa, também se tem feito um esforço crescente para tornar explícitas essas relações “discursivas”. De um modo indireto, mas bem claro, pode-se associar este tratamento à noção de “perspectiva” em FILLMORE (1977). Nesse artigo, o autor procura justificar o processo de seleção do “sujeito” (ver nota 16), mera conversão de uma estrutura lógico-semântica em uma estrutura sintática, como contendo uma significação específica. Na instanciação da estrutura funcional sintática (particularmente sujeito-predicado-complemento), os princípios de seleção de diferentes constituintes em diferentes papéis temáticos (mesmo que restrita pela hierarquia temática), expressariam diferentes “orientações” ou “perspectivas” em que a “mensagem é estruturada”. Em outros termos, a sintaxe oferece um sistema de recursos expressivos que não descrevem “neutramente” uma situação, um evento, um estado de coisas: instaura um ponto de vista (e, pois, uma significação) relevante discursivamente para a interpretação das orações.

Além disso, em versões contemporâneas da teoria de Princípios e Parâmetros, como as de RIZZI (1995), KISS, (1996), NEGRÃO, 1997, faz-se um esforço por formalizar noções como as de tópico/comentário, foco/pressuposição, como uma espécie de “predicação mais alta”, formalizada com base nos sistemas funcionais do complementizador, além do sistema flexional em que se engendram (ou para que se movem) os elementos topicalizados e focais. O artigo de Rizzi nos servirá de exemplo.

Na teoria de princípios e parâmetros, em desenvolvimentos posteriores (CHOMSKY, 1986-b, 1989; POLLOCK, 1989), passou-se a conceber a descrição estrutural da oração como constituída de três subsistemas ou planos (sempre como instanciações dos esquemas X-barra). Aos dois primeiros já nos referimos – o plano lexical nucleado pelo verbo em que se dá a atribuição dos papéis temáticos e o plano flexional. O terceiro subsistema, o plano do complementizador, é o que contém vários operadores e quasi-operadores como quantificadores, interrogativos, pronomes relativos e, além desses, tópicos e elementos focalizados. Esquemáticamente:

(28)



RIZZI (1995) propõe que o sistema do complementizador, além de expressar a “força” da oração (declarativa, interrogativa, exclamativa, dubitativa), funcione como uma espécie de interface entre o conteúdo proposicional da oração considerada (expresso pelo domínio de I'') e as estruturas superordenadas, como uma oração matriz mais alta, expressando a relação que se estabelece entre ambas (integrante, relativa, adverbial). Acrescenta, porém, que tal papel pode ser desempenhado em relação ao próprio discurso a que

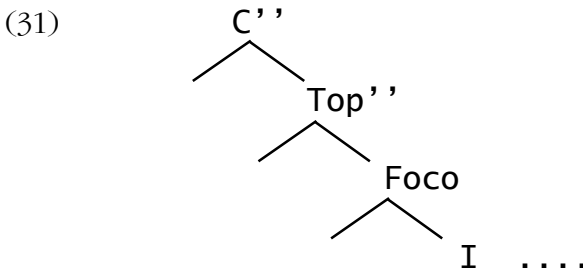
a oração se articula. Uma tradicional articulação da oração que tipicamente envolve a periferia à esquerda é, justamente, a articulação em tópico e comentário:

(29) Esse livro, / você bem que poderia me emprestar (ele).

Outra, formalmente similar, mas com interpretação bastante diferente, é a articulação foco-pessuposição, em que o elemento periférico recebe um acento contrastivo:

(30) *Esse livro* você deveria ler (e não o livro de Givón).<sup>27</sup>

Rizzi propõe que o sistema do complementizador se expanda para conter esquemas de construção projetando as estruturas de tópico e de foco, sempre que necessário, sob cujo núcleo se engendrem os elementos topicalizados e focalizados:<sup>28</sup>



Deve-se lembrar que, em construções de tópico, este é habitualmente descrito na literatura como envolvendo uma informação dada sobre o qual se tece o comentário.<sup>29</sup> De um certo modo, pois, o tópico se interpreta em uma relação de “aboutness” com o comentário, algo de que se fala no sistema flexional. Como observa Rizzi, a construção a tópico representa uma espécie de “predicação mais alta” dentro do sistema do complementizador, com uma função semelhante à da realização do sujeito no sistema flexional que configuracionalmente conecta o sujeito e o predicado. A intuição subjacente à estrutura foco-pessuposição é a de que o foco é um elemento quantificado: como parte integrante do sentido da construção focal, esta acarreta



que o elemento focalizado é o único, outros excluídos, que satisfaz à predicação aberta, não saturada, expressa no sistema flexional. Observe-se, ainda, que a focalização, ao contrário da topicalização, marca o elemento novo e, nesse sentido, de algum modo “predicativo”, no sentido de Gardiner acima.

**1.5** Tomada cada uma dessas famílias de conceitos que determinam diferentes concepções de predicação e das noções funcionais de sujeito e predicado como a única que possibilita uma descrição e explicação para a estrutura das orações, lida-se não somente com pontos de vista incompatíveis, mas ainda se constroem teorias gramaticais incompatíveis – semântica gerativa/gramáticas de casos, semântica denotacional/gramáticas de Montague, gramáticas gerativas/semântica interpretativa, diferentes gramáticas funcionalistas. Inúmeros falsos problemas se colocam e inúteis debates se produzem nessas teorias de uma “chave”/“clave” só, difíceis de colocar-se em contraponto ou harmonia.

A metáfora nos lembra duas estratégias em que se podem conciliar perspectivas teóricas incompatíveis que levantam, entretanto, questões relevantes para um fenômeno complexo como o da produção e compreensão de expressões das línguas naturais. A primeira delas é a de simplesmente considerá-las complementares e localizar os distintos pontos de vista em diferentes planos de análise de algum modo correlacionados.

Um exemplo desse tratamento em diferentes níveis de descrição é a teoria de HALLIDAY (1967/1968, 1970, 1985).<sup>30</sup> Partindo da observação de que as definições tradicionais de sujeito (ou a diferente interpretação nocional delas) caracterizam conceitos bem distintos (1985, p. 32), distingue três diferentes planos semânticos: o plano da função ideacional da linguagem em que se representa a realidade; o plano das funções textuais em que as expressões das línguas naturais se organizam enquanto mensagem, que lhes propicia o estatuto de um evento comunicativo determinando diferentes unidades informativas e respondendo pelo processo de tematização; o plano das funções

interpessoais em que a oração se organiza como um processo discursivo interativo, podendo-se negá-la, pô-la em dúvida ou contradizer, modalizar, qualificar, rejeitá-la. Além disso, se torna uma proposta (proposal), pois nesse plano se incluem, ainda, os processos bem definidos gramaticalmente, pelos quais agimos pela linguagem – fazemos asserções, questões, comandos e manifestamos aspirações e ofertas. A esse recursos expressivos ou tipos específicos de variação gramatical Halliday chama “modo” e que consiste de duas partes fundamentais – o sujeito expresso pelo sintagma nominal e o predicado (“finite element”) que é parte do sintagma verbal (1985, cap. 4).

Halliday, pois, como respondendo a Jespersen (v. nota 26), distribui nesses planos semântico-gramaticais<sup>31</sup> noções que substituem as distinções entre sujeito lógico – correspondente ao Agente no plano representacional –, sujeito psicológico – correspondente àquilo de que se fala ou a que a mensagem concerne –, e sujeito gramatical – correspondente àquilo de que algo se predica. Este, em última análise, como vimos, é somente um recurso sintático para expressar funções em outros planos semânticos – instruções sobre a organização da oração enquanto mensagem, o tema em construções não marcadas, ou a proeminência do Agente na organização da estrutura argumental da proposição.

Deve-se logo notar que, nessa arquitetura de teoria, predomina uma vocação descritivista, na medida em que não se explica como os diferentes planos se correlacionam. Por isso, parece-nos mais forte e enriquecedora uma outra estratégia diante dessas possíveis chaves de análise complementares. Dados dois modelos teóricos aparentemente incompatíveis, pode-se tentar tematizá-los (no sentido de Cavallès) em um sistema mais abstrato que os reestruture e correlacione por recíproca determinação.

É o que faz Chomsky, como vimos em 1.3. Chomsky “tematiza”, em um sistema abstrato e uniforme de representações, as duas famílias de conceitos aparentemente incompatíveis que caracterizam as noções de sujeito/predicado lógicos e sujeito/predicado gramaticais, em um mesmo sistema, com os mesmos esquemas de construção dos objetos abstratos, as mesmas operações e os mesmos princípios.

Nesse quadro teórico, Rizzi constrói a extensão ao sistema do complementizador em que, por sua vez, “tematiza” a noção discursiva de sujeito/predicado.

Embora em outro quadro teórico, é, certamente, a estratégia preferível e que pretendo utilizar.

## 2 EXTENSÃO DAS RELAÇÕES DE PREDICAÇÃO

Neste item, pretendo examinar diferentes instâncias de predicação. Limito-me a exemplificar e a discutir algumas questões que se levantam em cada caso.<sup>32</sup> No final, justifico a limitação da predicação a instâncias exclusivamente lingüísticas, perseguindo o meu objetivo de caracterizar a predicação como uma relação entre termos.

**2.1** Uma primeira instância da predicação é a estrutura argumental projetada pelo predicador primário da oração, ou seja, o sintagma verbal. Lembre-se de que, tal como formulei o princípio metodológico de “transparência”, busco caracterizar a predicação como o correlato semântico das operações construtivas da sintaxe. Ora, semanticamente, não parece adequado distinguir, em um primeiro nível de análise o estatuto dos diferentes argumentos (sujeito e complemento<sup>33</sup>). REICHENBACH (1947, p. 252-253) salienta, dentre as “conseqüências indesejáveis” da análise da oração na gramática tradicional, a de não reconhecer a noção de predicados de n-lugares, quando concebe toda sentença como analisável na fórmula sujeito-predicado, i.e., na terminologia de Reichenbach, como derivável de um predicado de um só argumento.

Em uma oração como

(1) *Pedro é mais alto do que Paulo,*

analisada como tendo *Pedro* por seu sujeito e *é mais alto do que Paulo* por seu predicado, violenta-se a estrutura da sentença em que ambos os termos, *Pedro* e *Paulo*, ocupariam o mesmo tipo de posição lógica. Na verdade, são ambos “sujeitos” no sentido de que algo está sendo dito a respeito deles no predicado *é mais alto do que*.

A idéia de que o sujeito gramatical e o objeto são de diferentes ranks lógicos, constituindo o objeto uma parte do predicado, leva a uma outra dificuldade: a natureza lógica da “função conversa” não pode ser entendida. Por sua própria definição

$$(2) f(x,y) =_{\text{Df.}} f(y,x)$$

(REICHENBACH, 1947, p. 118), a função conversa somente pode ser dada para predicados de dois lugares. Assim *mais baixo* é a conversa do predicado de dois lugares *mais alto*. De fato, (1) acarreta:

(3) Paulo é mais baixo do que Pedro.

Obviamente, se se entende como predicado da sentença considerada  $f = \textit{mais alto do que Paulo}$  e como predicado da conversa  $f = \textit{mais baixo do que Pedro}$ , nada permite relacionar ou derivar semanticamente uma da outra.

E' claro que Reichenbach reconhece a possibilidade de uma construção sucessiva do predicado, tratando a combinação de um predicado com um argumento (o complemento) para formar um novo predicado (na sua terminologia, uma função complexa (p. 122)):

(4) Pedro [matou Paulo].

A gramática tradicional trataria, então, o “predicado” lingüístico sempre como uma função complexa. O problema, entretanto, continua, dado que a gramática tradicional não reconhece que uma contração similar é igualmente possível com o segundo argumento como sujeito, ou seja, a sentença (4) poderia ser analisada como falando de Paulo que Pedro o matou.<sup>34</sup>

Argumentos semelhantes podem construir-se a partir de construções envolvendo outras formas de “conversão” da diátese do predador, ou seja de alternância de posições sintáticas de seus argumentos. Trata-se de tema extensamente estudado na literatura como no caso das passivas (5), benefactivas (6), ergativas (7), médias (8), aplicativas (9), locativas (10), outras construções que se observam com certas classes de verbos (11)-(12), e mesmo com diferente seleção lexical em uma língua ou outra (13)):

- (5) a) Todos os pedreiros fizeram algumas casas,  
b) Algumas casas foram feitas por todos os pedreiros;
- (6) a) Pedro alugou um carro para o Paulo,  
b) Paulo alugou um carro de Pedro;
- (7) a) Pedro quebrou o vaso,  
b) O vaso quebrou;
- (8) a) Pedro vende bem essas flores,  
b) Essas flores vendem bem;
- (9) a) Pedro informou o horário da prova aos alunos,  
b) Pedro informou os alunos do horário da prova;
- (10) a) A chácara de Pedro dá muitas bananas,  
b) Dá muitas bananas na chácara de Pedro;
- (11) a) Pedro carregou o caminhão com abóboras do sítio,  
b) Pedro carregou abóboras do sítio no caminhão;
- (12) a) A empregada limpou as janelas dos cocozinhos de mosquito,  
b) A empregada limpou os cocozinhos de mosquito da janela;
- (13) a) Pedro vendeu as abóboras ao feirante,  
b) O feirante comprou de Pedro as abóboras.

Para o nosso ponto, não importa que não se justifique derivá-las sintaticamente umas das outras: a sintaxe dispõe desses mecanismos de reordenação, morfossintáticos ou lexicais, como recursos expressivos que permitem instaurar-se um diferente ponto de vista (ou “perspectivas” como dizia FILLMORE, 1977) para a descrição do evento. Nem é relevante que haja distintos efeitos de sentido quando se altera a orientação da relação entre os argumentos, como mudança de escopo da quantificação na passiva em (5), de iniciativa em (6) e (13), de mudança de uma descrição de atividade para uma descrição de estado em (8), de um sentido holístico para simplesmente locativo em (11)-(12). De qualquer modo, existe uma correla-

ção entre as orações desses pares que evidencia a inadequação de restringir a predicação exclusivamente ao sujeito gramatical.

Vale observar que essa análise não encontra apoio somente em filósofos e lógicos, mas também nos melhores gramáticos tradicionais. JESPERSEN (1924, p. 198), ao comentar a definição tradicional (de 1.(1)) diz que ela se aplica a um grande número de frases, e talvez a todas, se bem que o comum dos mortais nos diria sem dúvida que isso não permite ir muito longe, porque, em uma frase como:

(14) João prometeu um anel de ouro a Maria

parece-lhe que há quatro coisas de que se fala e que se poderia definir como “sujeitos”: João, a promessa, o anel e, enfim, Maria. Poder-se-ia aceitar, diz ele, a afirmação de Madvig segundo a qual o objeto é de certo modo um “sujeito” disfarçado (“cachê”), do mesmo modo que a de Schuchardt, para quem “todo objeto é um sujeito relegado a um segundo plano (p. 218).<sup>35</sup> Jespersen, aliás, estende a noção de sujeito a todo elemento de rank 1 (ou seja, os argumentos de um predicado de primeira ordem) que entra em uma relação de “nexo”,<sup>36</sup> ou seja, uma relação de predicação que, além de manifestar-se na oração, se manifesta também entre termos (“duas idéias”) que guardam entre si uma certa autonomia ou interdependência em uma construção quasi-proposicional.

**2.2** As relações de nexos que Jespersen opõe às “junções” (ou adjunções) nos levam a outras instâncias de predicação. As relações de nexos se estabelecem nas chamadas orações reduzidas de infinitivo, de gerúndio, de adjetivo e de preposição (as chamadas “small-clauses” da teoria gerativa, tal como definidas em WILLIAMS (1971)<sup>37</sup> e, mais precisamente, em STOWELL (1983)).

Consideremos, inicialmente, as “small-clauses” complemento ou argumental. A mais especializada nessa função são as orações reduzidas de infinito.<sup>38</sup> O infinitivo com sujeito explícito não é comum em outras línguas que não o Português, que dispõe de um infinitivo flexionado:

- (15) a - Eu vi/mandei/ouvi João/os meninos sair(em),  
 b - Eu lamentei/esperei João/os meninos sair(em),  
 c - Parece/eu considero ter(em) João/os meninos feito um mau negócio.

Muitas línguas, porém, admitem essa construção em contextos mais restritos. No inglês, por exemplo, alguns verbos principais atribuem caso acusativo ao sujeito da oração reduzida encaixada (marcação excepcional de caso), admitindo, então, um argumento-sujeito lexical em acusativo (recebendo seu caso do verbo principal) como em:

- (16) a) I heard/made her singing,  
 b) I caused/believed her to sing.

Os gerativistas, em geral, representam essas construções como “cláusulas”, com a estrutura básica das orações, reproduzindo formalmente sua estrutura tradicional de predicação, mesmo quando o “sujeito” da infinitiva não se realiza fonologicamente. Para este caso, postula-se uma categoria vazia PRO, indeterminado ou dependente referencialmente de um argumento do verbo principal.<sup>39</sup>

- (17) a) É interessante [PRO chegar mais cedo],  
 b) Os advogados<sub>i</sub> preferem [PRO<sub>i</sub> usar termos arcaicos],  
 c) O professor proibiu os alunos<sub>i</sub> de [PRO<sub>i</sub> usar caneta],

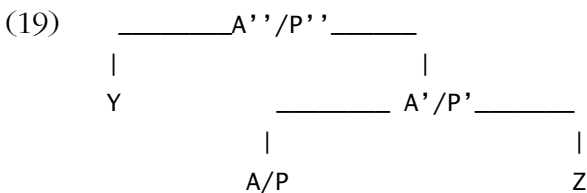
Mas a rejeição dessa hipótese,<sup>40</sup> tratando-se a infinitiva como não clausal não exclui dessas estruturas uma relação de predicação. Pode-se representar, como prefiro, as infinitivas em (15)-(16) como uma categoria verbal que realiza lexicalmente todos os seus argumentos como um complexo funcional completo (no sentido de CHOMSKY, 1986-a). A relação de predicação se mantém pelo que vimos em 2.1; e a interpretação como “sujeito” depende de como se caracteriza sintaticamente essa noção funcional. Por exemplo, STOWELL (1983) estende a noção de predicação sintática à projeção máxima das categorias substantivas maiores – S, SN, SV, SA, SP: todas podem conter um SUJEITO (para distinguir do sujeito da oração) que

se realiza na posição estrutural de especificador em um esquema X-barra.<sup>41</sup> Por outro lado, podemos dispensar da categoria PRO em (17): a relação de predicação semântica em (17-b,c) se mantém se a identificação do argumento a que os predicados *usar termos arcaicos* e *usar caneta* atribuem o seu papel temático não é “estritamente local” mas componencial.<sup>42</sup>

A noção de complexo funcional completo se aplica a outros casos de “small-clause” complemento (ou argumental) adjetivas e preposicionais, isto é, contextos em que essas categorias se instanciam em suas projeções máximas, realizando, portanto, todas as relações temáticas internamente. Alguns exemplos dessas estruturas predicativas serão suficientes. Considerem:

- (18) a - João é inteligente,  
 b - A sessão é na sala 10,  
 c - João acha o aluno inteligente,  
 d - João prefere este móvel no corredor.

Seguindo de perto STOWELL (1983) e CHOMSKY (1986, 1992), as “small-clauses” adjetivas e preposicionais na forma de (19), e as orações de (18) que as exemplificam, informalmente em (20):



- (20) a - [ é [ João inteligente ] ]  
           [ a sessão ] [ na sala 10 ]  
           I       A/P
- b - [ João acha o aluno inteligente ]  
           [ prefere a ] [ [ a sessão ] ] [ na sala 10 ]  
           S       SV           A/P



Em (18-a,b), o verbo copulativo não predica do sujeito gramatical nem lhe atribui qualquer papel temático, independentemente de como o analisemos: como a gramaticalização de tempo/aspecto e dos traços de pessoa e número com que se estabelece a concordância, como prefiro em (20-a), ou como um verbo ergativo (CHOMSKY, 1995) que não atribui papel temático à posição de sujeito gramatical. Os verdadeiros predicados (e atribuidores de papel temático ao sintagma nominal) são os núcleos adjetivos e as preposições. Comparem-se:

- (21) a - João<sub>Atributo</sub> é inteligente,  
 b - João<sub>Experienciador</sub> está desesperado,  
 c - João<sub>Agente</sub> é paparicador de todas as meninas,  
 d - João<sub>Objeto Afetado</sub> comumente paparicado;

- (22) a - A sessão<sub>Locativo</sub> é na sala 10,  
 b - A sessão<sub>Destinação</sub> para todos,  
 c - A sessão<sub>Causa</sub> de muita alegria e prazer,  
 d - A sessão<sub>Meio</sub> com filmes e slides;

em que o papel temático (o conteúdo semântico da predicação, pelos acarretamentos e pressuposições dela inferíveis) varia em função dos adjetivos e sintagmas preposicionados empregados. Em (18-c,d), o verbo não atribui qualquer papel temático e não predica do Sujeito (no sentido de Stowell acima) da “small-clause”, mas da “proposição” (ver nota 3) que ela expressa. Constrói-se facilmente, de modo similar à anterior, um argumento mostrando que os sintagmas adjetivo e preposicional são os verdadeiros predicados de *João* e de *sessão*.

Exemplos mais interessantes, por serem menos considerados na literatura, são:

- (23) a) [Outra sopa igual à de ontem] parece mesquinharia sua,  
 b) \* A sopa (que é igual à de ontem) é mesquinharia;

- (24) a) Não admito [o pé sobre a mesa],  
 b) \* Não admito o pé (que está sobre a mesa);

E' fácil observar que a predicação de *é uma mesquinbaria* e de *não admito* não incide sobre núcleos nominais (*sopa, pé*), mas sobre todo complexo relacional construído pelo adjetivo *igual* e pela preposição *sobre*. O que *é uma mesquinbaria* é que a sopa seja igual à de ontem e o que *não admito* é que se ponha o pé sobre a mesa. Assim, a representação categorial de (23-a) e (24-a), no aspecto em discussão, é a mesma proposta para as orações reduzidas adjetivais e preposicionais em (20). Mantém-se, nessas orações, a interpretação quasi-proposicional do complexo funcional completo e de seu especificador como Sujeito, o que mostra o interesse de representar formalmente todos esses casos – orações reduzidas de infinito, de adjetivo e de preposição – sob o mesmo esquema sintagmático de (19), independentemente da notação que se adote.<sup>43</sup>

**2.3** A noção descritiva de “predicado secundário” tem sido associada, na literatura recente, à relação de predicação que se estabelece entre os elementos em negrito nas orações abaixo – o sujeito ou o objeto de um predicador primário (normalmente um verbo) e um predicativo nominal ou preposicionado:

- (25) a - O *empregado* saiu *aflito* da reunião,  
 b - O *empregado* saiu *com dor de cabeça* da reunião;
- (26) a - O aluno encontrou o *professor aflito* naquela tarde,  
 b - O aluno encontrou o *professor com dor de cabeça* naquela tarde.

Na análise funcional da tradição gramatical, as orações de (25) eram tratadas como contendo um “predicado verbo-nominal” – constituído de um predicado verbal transitivo ou intransitivo e um predicativo (adjetivo ou sintagma preposicionado), participando ambos, composicionalmente, da predicação do sujeito. A construção

se distingue das predicacões contruídas com um “verbo de ligacão” e com um predicativo do sujeito – o “verdadeiro” predicado semântico, como vimos. De fato, comparem-se:

(27) a - O empregado era calmo/não era aflito e/mas saiu aflito,  
 b - O empregado saiu aflito e/mas era calmo/não era aflito

(28) a - \* O empregado era calmo/não era aflito e/mas era aflito  
 b - \* O empregado era aflito e/mas era calmo/não era aflito.

O contraste entre (28) e (29) nos mostra que a parte de (25-b)<sup>44</sup> – *o empregado saiu aflito* – não pressupõe (e na forma afirmativa em que está, não acarreta) que ser calmo seja propriedade característica do empregado, constitutiva de sua individualidade na situação relevante, na perspectiva do enunciador: há estrita subordinação entre os dois predicadores no predicado composto ao contrário de *o empregado era aflito*. Em outros termos, a interpretação de (25-b) inclui, entre suas condições de verdade, a restrição da atribuição da propriedade *aflito* a *empregado* como dependente da verdade da predicacão *saiu* e das coordenadas espaço-temporais e aspectuais dessa predicacão.<sup>45</sup>

No caso de (28), a interpretação é ambígua. Em uma primeira interpretação em que *aflito* se analisa tradicionalmente como adjunto, deve-se imaginar um contexto de uso em que o enunciador constata/sabe que o professor está/é aflito; em outros termos, a descriçã das condições de verdade de (28) parte da pressuposicão de que, na situação do discurso:

(29) a - Existe o professor  
 b - Esse professor é aflito,

pelo que não se pode dizer, sem contradicão:

(30) O garoto encontrou o professor aflito mas o professor não é aflito.

E' fácil observar que, se interpretada a relacão entre *aflito* e *o professor* como de uma predicacão secundária, observam-se as

propriedades semânticas características que associamos às construções com predicativo do sujeito: a predicação secundária se faz pela mediação da predicação primária, condicionando a verdade da primeira à verdade da segunda:

(31) O professor estava aflito quando o aluno o encontrou.

Nessa interpretação, (31) não pressupõe (29-b); ao contrário, é compatível com um cenário em que o enunciador constata/sabe que o professor é normalmente calmo mas se encontra aflito, podendo-se dizer sem contradição:

(32) O aluno encontrou o professor aflito, mas o professor é calmo.

A diferença estrutural fica, porém, mais evidente em outra perspectiva de análise. Uma das maneiras de caracterizar (intensionalmente) o conteúdo semântico da noção de predicação, consiste em examinar as conseqüências da predicação para a interpretação do papel do argumento na eventualidade descrita. Em *o empregado saiu aflito*, ambos os predicadores, *saiu* e *aflito*, “atribuem” diferentes papéis temáticos a *o aluno*, respectivamente Agente e Experienciador.<sup>46</sup>

A essas distintas propriedades semânticas correspondem propriedades sintáticas distribucionais, indicadas em diferentes textos. Consideremos resumidamente as propriedades sintáticas que contrapõem o adjunto ao predicado secundário do objeto. O predicado secundário, ao contrário do adjunto, pode preceder o sintagma nominal objeto. Desse modo, as orações de (33) não são ambíguas, admitindo somente uma interpretação nexal:

(33) a - O garoto encontrou o aflito o professor naquela tarde,  
 b - O garoto encontrou com dor de cabeça naquela tarde o professor.

O predicado secundário, aliás, deve sempre construir-se externamente à fronteira do sintagma nominal de que predica mesmo quando posposto. Assim, em (34), o sintagma adjetivo *aflito* somente pode ter uma leitura de adjunto e, em (35) uma interpretação de predicado secundário:

- (34) a - O aluno encontrou o professor aflito que lhe dava aulas,  
b - O aluno encontrou o aflito professor que lhe dava aulas;

- (35) a - O aluno encontrou o professor que lhe dava aulas aflito,  
b - O aluno encontrou aflito o professor que lhe dava aulas.

Fenômenos relativos ao movimento e à extração também distinguem o adjunto do predicado secundário; aquele, ao contrário deste sempre “se move” com o sintagma nominal, na passiva:

- (36) a - O professor aflito foi encontrado pelo aluno,  
b - O professor foi encontrado aflito pelo aluno;

e em casos de alçamento:

- (37) a - O professor aflito parece ter saído,  
b - O professor parece ter saído aflito;

como em todos os casos de movimento para uma posição periférica, não argumental:

- (38) a - Que professor aflito o aluno encontrou?  
b - Que professor o aluno encontrou aflito?

- (39) a - Foi o professor aflito que o aluno encontrou,  
b - Foi o professor que o aluno encontrou aflito [ou]  
- Foi aflito que o aluno encontrou o professor.

Todas essas propriedades apontam para uma certa autonomia dos predicados secundários, própria da relação de nexos. Seria, pois, interessante perguntar-nos se elas não correspondem, como as predicções que vimos no item anterior, a “small-clauses”. De fato, essa é a hipótese estrutural de STOWELL (1983, p. 304 e ss.). Na Teoria de Princípios e Parâmetros (quadro teórico do autor) ou em qualquer teoria que incorpore um princípio de projeção no sentido de CHOMSKY (1981) ou MARANTZ (1984), deve-se supor que a relação entre o predicado secundário e o sujeito ou o objeto direto não pode ser uma “small-

clause” complemento ou argumental como em 2.2: o “sujeito” da predicação secundária é já tematizado pelo verbo principal com o qual deve formar um constituinte (v. acima e v. nota 40). Mas, para o autor, a estrutura de uma predicação secundária é, ainda, uma “small-clause” distinguindo-se, entretanto, por combinar-se ao predicado primário em adjunção (no sentido técnico da gramática gerativa):

(40)

O empregado <sub>i</sub>	saiu	PRO <sub>i</sub> aflito
[ O aluno <sub>i</sub>	[ SV [ encontrou o professor <sub>i</sub> ]	[ com raiva ] ] ]
I	SV	A/P

Nessa proposta, a relação de dependência da interpretação do predicado secundário à predicação primária se expressa pela adjunção e a “dupla” atribuição de papel temático a *o empregado* se dissolve na estrutura de controle.<sup>47</sup> Devo rever esta hipótese no quadro teórico em que discuto a teoria da adjunção. Por enquanto, basta ter deixado claro que, envolvendo uma relação nexal, as construções estudadas constituem outras instâncias de predicação.

**2.4** Deixemos, por enquanto, as relações de nexos com gerúndio que mais facilmente se compreenderão em contraponto com as adjunções e consideremos estas neste item. As estruturas de adjunção também foram consideradas por vários autores, mesmo na tradição gramatical, como instâncias de predicação. PAUL (1986, p. 144 e ss.) as considera, aliás como toda expansão dos constituintes básicos da oração analisados como sujeito e predicado, como derivadas da predicação: uma forma de “predicação” enfraquecida. Steinthal trata do mesmo modo adjuntos adjominais e adverbiais; em orações como:

(41) O bom pai educa bem os filhos,

do ponto de vista lógico, *bom* é um predicado de *pai* e *bem* é um predicado de *educa* do mesmo modo que se dissesse que o pai é bom e que a educação é bastante.<sup>48</sup> Abona-se, pois, em uma longa

tradição, incluir-se a adjunção, tanto a adnominal, quanto a adverbial entre as instâncias de predicação.

Não é tranqüilo, porém, na literatura considerar-se a adjunção como instância de predicação,<sup>49</sup> contra o que se levantam várias questões. Um primeiro tipo de objeção é a de que são distintas as condições de emprego de expressões adjetivas nas posições de adjunto adnominal e de verdadeiro predicativo (no sentido tradicional). De fato, adjetivos/advérbios de determinadas classes e em contextos determinados não se empregam em posições de predicativo do sujeito ou do objeto. E' o caso de adjetivos e advérbios que se usam como "hedges" como *verdadeiro*, em (42) e (43), e que constituem um contexto atitudinal como *suposto/supostamente* (44) e (45):

- (42) a - O capataz fica um verdadeiro demônio nessa hora;  
b - \* O demônio, que o capataz fica, é verdadeiro.  
c - \* O demônio, que o capataz fica, acham ele verdadeiro;
- (43) a - João se comportou verdadeiramente como uma criança,  
b - \* O comportamento de João como uma criança foi verdadeiro;  
c - \* Todos acham verdadeiro o comportamento de João como uma criança [no sentido relevante].
- (44) a - O suposto assassino foi linchado,  
b - \* Lincharam um assassino que era suposto,  
c - \* Lincharam um assassino que todos achavam suposto;
- (45) a - João supostamente assassinou o vizinho,  
b - \* O assassinato do vizinho por João foi suposto,  
c - \* Os linchadores não acharam o assassino suposto.

Fenômeno semelhante se apontou em construções que envolvem os chamados adjetivos sincategoremáticos como *nuclear* em (46) e os chamados adjetivos "argumentais" como *alemã* (em 47):

- (46) a - Os físicos nucleares gozaram de grande prestígio,  
b - \* Os físicos de grande prestígio eram nucleares,  
c - \* Os físicos de grande prestígio, todos os acham nucleares;
- (47) a - Hitler é o responsável pela derrota alemã,  
b - \* A derrota, de que Hitler é responsável, é alemã,  
c - \* Eu acho alemã a derrota de que Hitler é responsável.

Não vou estender-me aqui sobre estes diferentes casos. Basta-me observar que tais fenômenos merecem um estudo muito mais cuidadoso e um tratamento diferenciado que não posso fazer aqui. Provisoriamente entretanto, incluam-se entre as instâncias de predicação os adjuntos adjetivo e adverbial que se possam expressar em uma estrutura de nexos predicativo e claramente atribuam um papel temático à expressão a que se adjungem:

- (48) a - João deu respostas verdadeiras a várias questões,  
b - As respostas de João foram verdadeiras,  
c - Os entrevistadores acharam as respostas de João verdadeiras;
- (49) a - João responde equivocadamente a várias questões,  
b - As respostas de João foram equivocadas,  
c - Todos acham equivocadas as respostas de João;

Contra esta decisão, poder-se-iam levantar novos contra-argumentos que já não se restringem aos casos que pusemos, por enquanto, entre parênteses. Um deles diz respeito à diferente interpretação de orações como:

- (50) Para esse serviço, precisamos desse trator de esteira enorme,  
(51) Esse trator de esteira é enorme.

Como observa, entre outros, HIGGHINBOTHAM (1985), em (50), o parâmetro de comparação para a interpretação do adjetivo vago *enorme* faz referência a um universo de interpretação a que



pertencem tratores de esteira: o trator de esteira conveniente deve ser enorme relativamente a outros tratores de esteira. Já em (51), a leitura preferencial é a de que os tratores de esteira são enormes relativamente não só aos tratores de esteira, mas a outros objetos quaisquer no universo do discurso.

Nem todos admitiriam essa única leitura de (50). De qualquer modo, trata-se de interpretações que se podem derivar da diferença sintática das duas estruturas, sem excluir a adjunção das instâncias de predicação. No caso de (51), uma estrutura de nexos, corresponde à combinação de um predicado – *P = é enorme* – a um argumento para formar uma proposição (no sentido da nota 3) que expressa uma asserção sobre o objeto denotado pela expressão argumental – *esse trator de esteira*. Aos tratores de esteira podem-se contrapor outros tratores ou o que bem seja compatível com o predicado não-P. Em (50), diferentemente, o adjunto – *P = enorme*, toma um termo como argumento e constrói com ele um novo termo, preservando-lhe a função e o tipo categorial: *enorme* se adjunge ao nome *esse trator de esteira* para formar um novo nome. Nesse caso *esse trator de esteira enorme* se contrapõe aos tratores de esteira no sub-conjunto complementar dos que não são enormes, para os efeitos da predicação *precisamos, para esse serviço, de*. A adjunção, no caso, constitui um contexto pressuposicional opaco a operações sobre o predicado, como a negação: ambas as orações,

(52) a - Precisamos desse trator de esteira enorme,

b - Não precisamos desse trator de esteira enorme,

pressupõem que o trator de esteira existe e é enorme.

Uma outra objeção é formulada por JO NAPOLI (1989), mas depende diretamente da forma como a autora concebe a predicação. Como vimos em 1.2, a autora define “predicação” como a relação uma entidade semântica – o predicado – e entidades que desempenham um papel determinado no evento expresso pela expressão predicativa – os “role players”. Por outro lado, a autora admite, como admitimos, que a referência de um sintagma nominal (ou a identifi-

cação da entidade referida por um sintagma nominal) somente pode ser determinada pela projeção máxima e não pelo nome-núcleo. Ora, se admitimos, ainda, que os adjuntos são predicados, em nosso exemplo (50), *enorme* predica de *trator de esteira* e *de esteira* predica de *trator*. Nenhum desses argumentos referem entidades, pelo que a definição de Jo Napoli exclui as estruturas de adjunção das instâncias de predicação. Esta somente seria possível em um exemplo como:

(53) Eu acho o trator enorme [no sentido: acho que o trator é enorme],

em que a referência do argumento predicado independe da predicação de *enorme*. Obviamente, a objeção perde seu efeito se definimos “predicação” como uma relação entre termos, como se verá em 3.

**2.5** O gerúndio em português incorpora tanto a natureza “adverbial” de um ablativo latino (de que deriva historicamente) quanto a natureza “adjetiva” do particípio presente que acabou por substituir.<sup>50</sup> Por isso, as reduzidas de gerúndio em português, ao contrário das reduzidas de infinitivo, raramente somente aparecem em posições argumentais em contextos bem restritos.

Dois desses contextos são as construções com verbos experienciais, psicológicos e de percepção:<sup>51</sup>

(54) a - Os caras gritando desse jeito é que me assusta,  
 b - Vi mais ou menos um sujeito pulando aquele muro

e as construções com verbos modais e aspectuais:

(55) a - Aquilo parece dois jovens se beijando,  
 b - No filme acaba os caras matando todo mundo,

além dos mais frequentes:

(56) João acaba/termina/continua/começa fazendo uma pirueta,

se analisarmos os verbos aspectuais como tomando como complemento um sintagma gerundivo que, ou tem uma estrutura clausal (com PRO controlado pelo sujeito gramatical do verbo matriz) ou atribui o seu papel temático composicionalmente a este sujeito.

Tratar-se-ia, pois, na hipótese que deixei entreaberta em 2.2, de complexos funcionais completos em que o “especificador” se interpreta como um Sujeito (no sentido de Stowell). De fato, reduzidas de gerúndio se encontram nos mesmos contextos trazidos nos exemplos (23)-(24):

- (57) a - Aqueles homens escondendo o leite parece mesquinharia,  
 b - \* Aqueles homens parecem mesquinharia;
- (58) a - Não admito crianças pondo o pé em cima da mesa,  
 b - \* Não admito as crianças;

A mesma semelhança estrutural se encontra no interior de construções absolutas descritivas em que tanto reduzidas de gerúndio quanto reduzidas adjetivas e preposicionais se constroem como complemento da preposição *com*:

- (59) a - Com a proa virando para costa, vê-se melhor a paisagem,  
 b - \* Vê-se melhor a paisagem com a proa.
- (60) a - Com esses doutores cheios de empáfia prefiro ir embora,  
 b - \* Prefiro ir embora com esses doutores;
- (61) a - Com o FHC na presidência, eu desisto da política,  
 b - \* Desisto da política com o FHC.

Essas aproximações empiricamente motivadas aconselham tratar as reduzidas gerundivas a par com as reduzidas de adjetivo e de preposição – uma generalização interessante. De fato, a correlação se estende pelo menos aos casos já examinados. As reduzidas de gerúndio correspondem a adjuntos adnominais oracionais – adjetivas relativas:

(62) As crianças gritando lá em cima (que gritam lá em cima) são seus filhos?

a construções absolutas de adjetivo:

- (63) a - Cheios os tanques de água, posso colocar os peixes,  
b - Os tanques já estando cheios de água, posso colocar os peixes;

à predicação do elemento introduzido por construções existenciais e outros verbos apresentacionais:

- (64) a - Tem ali um homem para fazer isso pra você,  
b - Tem sempre alguém que pode fazer isso pra você,  
c - Tem sempre alguém se dispondo a fazer isso pra você;
- (65) a - Chegou um cara com muita disposição para o trabalho,  
b - Chegou um cara que se dispõe para esse trabalho,  
c - Chegou um cara se dispondo a fazer tudo isso.

Podem ainda encontrar-se em “small-clauses” como predicados secundários:

- (66) a - João saiu soltando fogo das narinas,  
b - O aluno encontrou o professor gritando como doido.

Enfim, por sua natureza adverbial, as reduzidas de gerúndio se combinam com orações principais como adjuntos adverbiais expressando as mais diversas relações temáticas:

- (67) a - Cortando o caminho por uma trilha, chegamos mais cedo,  
b - O João terminando o trabalho, podemos ir embora,  
c - Logo chegando em casa, eu faço isso pra você.

Em todos esses casos, se minhas análises anteriores estão corretas, estamos diante de diferentes instâncias de predicação. Há pelo menos duas vantagens de tratar todas essas construções em uma

teoria geral da predicação: a primeira, que podemos formular um tratamento uniforme relacional, independente das categorias gramaticais que a instanciam (e, possivelmente, compreender melhor os casos em que umas se distinguem das outras por restrições específicas); a segunda é que nos dispensamos de inúmeras etiquetas descritivas que se empregam para classificar construções infinitivas, construções com adjetivo, construções com preposição, construções com gerúndio.<sup>52</sup> Em vez de limitar a análise a domínios descritivos restritos (o que é inevitável em artigos e teses universitárias), situamos-nos em um posto de observação mais distante do qual outras configurações regulares e congruentes se podem ver em vista panorâmica.

**2.6** De um certo modo, as análises que desenvolvi de 2.1 a 2.5<sup>53</sup> deixam aparecer uma concepção semântica de predicação que muito se aproxima das intuições que subjazem a uma concepção lógica e à versão temática da estrutura argumental. Nesse sentido, alarguei bastante a extensão da predicação para incluir nela praticamente todas as relações entre as categorias maiores, em uma linha de análise bem próxima de Stowell, salvo pela inclusão das estruturas de adjunção entre elas. Pretendo, entretanto, restringir a noção de predicação ao domínio simbólico e, pois, a relações entre expressões lingüísticas. Na verdade, pretendo mais: restringi-la a relações entre constantes lexicais, categorias fonologicamente realizadas, o que me faria descartar representações incluindo variáveis individuais.<sup>54</sup> Isto é, não considero nomes comuns em posições tematizadas argumentais como predicados.

Advirta-se, desde logo, que não se trata aqui de refutar as análises que se construíram na semântica denotacional e se representam em um simbolismo lógico, nem de negar-lhe interesse e relevância para uma teoria da linguagem. O posto de observação e o ponto de vista da teoria gramatical são outros:<sup>55</sup> em vez de construir-se uma sintaxe para dar conta dos fenômenos das expressões das línguas naturais (ou traduzirem-se estas naquela), tem-se que dar conta da sintaxe das línguas naturais que limita e determina a significação, das operações específicas com que suas expressões são construídas, e dos processos

criativos e interpretativos em sua construção. De qualquer modo, esta é uma decisão que preciso justificar melhor.

Já observamos em 1.1, que o simbolismo da lógica dos predicados distancia a estrutura semântica da forma gramatical e, pois, em princípio, enfraquece o princípio metodológico da transparência, o que devo evitar quanto possível: leva a uma completa reorganização das classes de palavra determinadas, com razoável precisão, na gramática das línguas naturais, em uma eurística baseada em critérios sintáticos – distribucionais, morfológicos e transformacionais.

A divisão entre verbos e adjetivos (e mesmo entre estes e algumas preposições e advérbios) teria uma significação questionável: entrariam todos na classe dos predicadores ou funtores. A assimilação dessas diferentes classes morfológicas sob a categoria semântica de predicados coloca um número menor de questões empíricas e analíticas na descrição da sintaxe das línguas naturais (REICHENBACH, *ibid.*, p. 81) De fato, pode-se sempre fazer corresponderem expressões das línguas naturais disjuntas às variáveis e constantes predicativas. Restam, entretanto, alguns contextos restritos, em que adjetivos, sintagmas preposicionados e advérbios não são facilmente tratados no formalismo enxuto e elegante de uma lógica de primeira ordem.

Adjetivos, em geral derivados de nomes próprios e chamados na literatura de “adjetivos referenciais”, parecem saturar posições argumentais abertas pelos nomes relacionais como vimos em 2.4:

(68) a – A crítica chomskyana (de Chomsky) à semântica referencial foi dura,

b - A teimosia de Hitler causou a derrota alemã (da Alemanha).

Para alguns autores, em construções factitivas e causativas, os adjetivos resultativos devem ser tratados como complementos do verbo (NAPOLI, 1992).<sup>56</sup>

(69) a - Esses traços, você pode fazê-los mais claros,

b - John paints the house white.

Aparecem, ainda, como complemento de preposições em sintagmas preposicionados:

- (70) a - O doente passa de triste a eufórico e de eufórico a triste em pouco tempo,  
b - Com suas inúmeras observações marginais, o professor tornou de claras obscuras as suas hipóteses;

e em construções absolutas a que nos referimos em 2.4:

- (71) Com [esses quartos dessarrumados], não vou dormir aqui.

Ainda como complemento de preposição, adjetivos aparecem na expressão de estados, predicando secundariamente dos argumentos do verbo:

- (72) a) O cara fez isso de patife e caiu de tonto,  
c) O mar, visto daqui, fica sempre entre verde e azul;  
d) Eu vejo esses alunos mais para desatentos do que para indisciplinados.

Argumentos semelhantes se podem arrolar no que diz respeito aos sintagmas preposicionados. Estes podem ocupar posições de argumentais (de sujeito ou objeto-direto) de verbos, seja como nome de lugar (JAWORSKA, 1986):

- (73) a - Embaixo dessas árvores é o lugar mais fresco da chácara,  
b - Eu quero em volta das roseiras bem limpo;

seja, como vimos acima, formando um complexo funcional completo:

- (74) a - O pé em cima da mesa é falta de educação,  
b - O regulamente não permite alunos sem uniforme

Aparecem, também, complemento de outra preposição (POLLARD e SAG, 1994, p. 110) em nosso exemplo (61-c):

- (75) Com [ FCH no poder], banqueiros e empresários vivem felizes.

São conhecidas, ainda, as dificuldades de tratar em uma lógica de primeira ordem adjuntos adnominais (como as orações relativas) que expressam certamente uma predicação, bem como adjuntos adverbiais e adsentenciais. Em relação a estes valem, ainda, algumas observações. Como vimos em 1.1, DAVIDSON (1967) e seguidores, para orações como (76-a), propõem uma transcrição na forma de (76-b):

(76) a - João atravessou o canal em um barco rapidamente

b -  $\exists e [[Q(x_1, \dots, x_m, e)] \& [P(x_n, e)] \& [A(e)]]$ ,

em que “e” é uma variável individual sobre eventualidades, “P” é uma predicado preposicional de dois lugares com que se constrói uma expressão adverbial e “A” um advérbio. Mesmo deixando de lado o quanto essas fórmulas se distanciam da sintaxe das línguas naturais, a análise apresenta outras inadequações.

Já aludimos ao fato de que adjuntos adverbiais podem orientar-se para o sujeito ou para o objeto (JACKENDOFF, 1972), no sentido de que atribuem um papel temático composicionalmente ao argumento do predicado a que se adjungem. (77) acarreta (78):

(77) a - O barqueiro atravessou o canal rapidamente,

b - O barqueiro atravessou o canal a nado/em um barco;

(78) a - O barqueiro foi rápido ao atravessar o canal,

b - O barqueiro nadou/estava em um barco.

Ora, embora Davidson tenha em mente expressar em (76) os acarretamentos deriváveis de uma oração com adjuntos adverbiais, o fato de ter representado o evento como um argumento entre outros do predicador primário torna impossível expressar as relações estabelecidas em (77)-(78). O acréscimo de novas cláusulas a (76):

(79)  $\exists e [[\text{atravessar}(x_1, x_p, e)] \& [\text{rápido}(e)] \& [\text{rápido}(x_1)]$

certamente não corresponde à interpretação desejada por obliterar o fato de que a predicação secundária de um argumento do predicado primário se faz pela mediação deste, composicionalmente.



Uma segunda dificuldade se opõe no caso de sucessivos adjuntos adverbiais. Sabe-se que esta era uma das questões que preocupava Davidson; em uma oração como:

(80) O barqueiro cruzou o canal em uma canoa perigosamente,...

a representação dos advérbios como predicados de segunda ordem levaria a uma proliferação irrestrita de constantes predicativas (*atravessar, atravessar rapidamente, ...*) de que, por sua vez, predicassem os sucessivos advérbios. Entretanto, (80) pode ter a interpretação componencial em que *perigosamente* não incide sobre a expressão do evento *atravessar*, mas sobre o fato de ele ter atravessado o canal em uma canoa: o fato de ter o barqueiro atravessado o canal *em uma canoa* é que foi perigoso. A representação:

(81)  $\exists e [[\text{atravessar}(x_p, x_p, e)] \ \& \ [\text{em}(x_k, e)] \ \& \ [\text{perigosamente}(e)]]$

exclui a interpretação desejada.<sup>57</sup> Todos esses problemas decorrem de construir-se a eventualidade como um argumento do predicado. Na verdade, o predicado e seus argumentos expressam a eventualidade e não o tomam como argumento, nem lhe atribuem qualquer papel temático.

Feitas essas observações relativas aos predicados, voltemo-nos para a expressão dos nomes (particularmente os nomes comuns) nesse simbolismo e sobre o que o distancia da sintaxe das línguas naturais. A separação do nome, como um tipo distinto, ainda se justifica, pelo menos enquanto “nome próprio” (2-a,b) como constante individual ou como expressão da classe extensional para a qual vale uma predicação. Não, porém, a do nome comum que, nas várias notações lógicas, se trata como predicados das variáveis que tomam seus valores no domínio dos indivíduos, ou dos “referentes no universo do discurso”,<sup>58</sup> sem equivalente entre expressões das línguas naturais. Enfim, diferentes funções gramaticais reconhecidas pela gramática tradicional, como sujeito, objeto direto, mostram mostram propriedades assimétricas relativamente a vários processos gramaticais; mesmo que em um certo nível de representação

(no léxico, por exemplo) aos argumentos se atribua o mesmo estatuto lógico, a sintaxe deve distingui-los em alguma configuração hierárquica em outro nível de representação.<sup>59</sup>

De fato, na sintaxe das línguas naturais nomes comuns e nomes próprios exibem, na maioria dos casos, as mesmas propriedades sintáticas. De um ponto de vista distribucional preenchem ambos as mesmas posições argumentais:

(82) Criança/João detesta cerveja/Maria,

admitem, em muitos casos, as mesmas expansões:

(83) O cara lá da esquina/o João lá da esquina não gosta da cerveja que se fabrica no México/da Maria que se “produz” para o vizinho.

De um ponto de vista morfológico, são compatíveis com os mesmos processos flexionais:

(84) Pedrinho nasceu de sambas e reco-recos; de qual das Marias?  
de qual dos Joões?

Exibem, enfim, as mesmas propriedades estruturais, quando apreendidas a partir de critérios transformacionais, como na correlação ativa/passiva, nos casos de raising, na formação de relativas, na construção de orações cindidas, etc.

(85) a - João e Maria/alunos não são encontrados na rua de madrugada,  
b - João e Maria/alunos não parecem entender questões de filosofia,

(85) c - Pedro/aluno meu, que é indisciplinado, merece castigo,  
d - É Pedro/aluno meu quem faz a melhor composição escrita.

Mesmo do ponto de vista lógico, são conhecidos os problemas decorrentes de tratar-se o nome comum como um predicado. Lembre-se, por exemplo, que a referência de sintagmas nominais complexos é determinada não pelo nome núcleo mas pela sua

projeção máxima. Considere-se, então, um exemplo simples envolvendo nomes relacionais como:

(86) O amigo de um colega meu ensina física.

O formalismo lógico dos predicados em que (86) pode ser vertida (qualquer que seja), pressupõe que, para tornar os predicados *amigo* e *colega* completamente bem formados sintática e semanticamente, cada uma das duas posições argumentais desses “predicados” deve ser preenchida por um distinto termo denotando um argumento – *amigo(x,y)* e *colega(z,w)*. Nas línguas naturais isso não ocorre desse modo. Do ponto de vista de uma semântica referencial, como observam KAMP e REYLE (1993, p. 261-262), os predicados funcionariam de um modo generalíssimo como os predicados lógicos, no sentido que atribuem a este termo, isto é, funções de duplas de argumentos com valores de verdade. Mas sua sintaxe é completamente diferente. No exemplo acima, mesmo que se admita (como os autores admitem) que os predicados *amigo*, *colega* têm um argumento (*x* ou *z*) a que chamam *argumento referencial*, este nunca é expresso por termos, ou seja, itens lexicais disjuntos como ocorre no caso dos predicados lógicos. Além disso, em (86), a estrutura sintática que corresponde à notação lógica [Predicado(argumento)] envolve *argumentos não-referenciais*, no sentido de serem expressos, no caso do predicado *amigo*, pelo sintagma nominal *colega meu*, e no caso do predicado *colega*, pelo possessivo *meu*, ambos disjuntos do nomes *amigo* e *colega*, com os quais forma os constituintes complexos *amigo de um colega meu* e *um colega meu*. E esses constituintes complexos, que *contêm* os predicados *amigo* e *colega*, é que expressam os argumentos referenciais – a pessoa que é o amigo de um colega meu e a pessoa que é meu colega.

Ou seja, do ponto de vista da sintaxe das línguas naturais, um predicado forma uma expressão completa quando toma como argumentos, indiferentemente, nome próprios ou nomes comuns, isto é, nomes comuns ou nomes próprios são, eles mesmos, nesse sentido, argumentos e não predicados e, enquanto tais se colocam

*pelos* indivíduos, na esfera das entidades às quais as expressões das línguas naturais se associam na interpretação. Se pensamos em uma relação de predicação que seja relevante para a análise das línguas naturais, devemos defini-la como uma relação entre termos constituintes das expressões das línguas naturais e caracterizar as noções funcionais de predicado e argumento como determinadas por essa relação.

Analisar os constituintes sintáticos das línguas naturais com referência à sintaxe da linguagem formal em que elas se vertem para os propósitos lógicos (ou mesmo para a caracterização não ambígua de sua interpretação) significa, por um lado, transferir propriedades de uma a outra, da metalinguagem à linguagem-objeto e, por outro lado, deixar entre parênteses questões lingüísticas e psicologicamente importantes: por que processos essas expressões se interpretam como se interpretam? ou que limites as expressões das línguas naturais impõem à interpretação? ou, ainda, por que as expressões das línguas naturais, tais como são em sua estrutura superficial, significam aquilo que significam?

Construir um sistema de regras que permita a “tradução” das expressões das línguas naturais em expressões inequívocas do ponto de vista da interpretação referencial é certamente um procedimento interessante e relevante para inúmeros propósitos científicos. Mas não nos fornece nenhuma resposta às questões acima.

### **3 PREDICAÇÃO - UMA RELAÇÃO SEMÂNTICA ENTRE TERMOS**

As observações finais do item anterior me levam a reexaminar a concepção de predicação como uma relação de sentido entre expressões lingüísticas, ou seja, determinada exclusivamente por propriedades semânticas dos itens lexicais. Um modo natural de expressar as conseqüências de sentido associadas ao argumento pela predicação é fazê-las corresponder aos papéis dos argumentos determinados por essa relação, os chamados papéis temáticos que correspondem, na esfera das entidades, a funções que associam

participantes a eventualidades. Assim, inclino-me por uma concepção de predicação que corresponda a uma versão lingüística da noção intuitiva das relações correlativas “predica de” e “ser argumento de” em termos de relações temáticas, cuja natureza e estatuto teórico pretendemos caracterizar com maior precisão.

Um segundo aspecto levantado no item anterior diz respeito à extensão da predicação. Se admitimos as análise em 2, a relação de predicação deve estender-se a todas as combinações entre as categorias maiores (nome, verbo, adjetivo, advérbio, preposição), excluídos somente os operadores/funtores dêiticos e quantificacionais que devem ser construídos como extensão da teoria da predicação.

Ainda: aludi várias vezes à questão de uma análise componencial e composicional ao falar dos predicados secundários e da adjunção adverbial. Embora a defina como uma relação entre termos ou expressões lingüísticas, a predicação não deve ser considerada estritamente uma relação entre itens lexicais senão enquanto estrutura elementar no processo de construção dos sintagmas e da oração. Construída uma expressão complexa é o sentido desta (já o produto de uma construção anterior) que se deve levar em conta na relação que entre ela e outras expressões se estabeleça. Sobre este ponto é que me estenderei um pouco mais no primeiro subitem desta parte do texto.

Intuitivamente, a Predicação<sup>60</sup> é, pois, uma relação de sentido entre duas expressões singulares ou, componencialmente, entre expressões complexas, correlata das operações construtivas que as combinam na derivação sintática.

**3.1** Concebendo a Predicação como uma relação de sentido correlata das combinações de itens lexicais ou expressões complexas como constituintes de uma unidade sintática, assume-se o princípio de composicionalidade de Frege em uma perspectiva que devo precisar minimamente. Ou seja: a composicionalidade deve fazer referência não somente às denotações das expressões em uma semântica em termos de valores de verdade, mas levar em conta os efeitos de

sentido resultantes do fato de entrarem duas expressões em uma relação de Predicação.

Examinemos, primeiro, alguns contextos em que a interpretação da oração depende de uma análise componencial para esclarecer esta assunção. A literatura lingüística tem mostrado inúmeros deles. Nos primeiros exemplos abaixo, observa-se como interagem o Predicador (verbo) e seus argumentos, os que se instanciam não só como complemento, mas ainda como sujeito gramatical, na construção do sentido de Predicadores complexos<sup>61</sup> e, pois, na identificação do eventualidade descrita. O processo é mais visível com verbos mais “leves” (menos específicos):

- (1) a) João tinha dinheiro/paciência/a direção do processo/...  
 b) A sala tinha estilo/móveis/um encanto especial/...

em que o Predicado (no sentido tradicional), conforme se substitua o complemento, expressa um estado, um processo experiencial, uma ação (em (1-a)), e uma qualidade, uma relação de continência e uma causa (em (1-b)). Isso não se limita a verbos “leves”; comparem:

- (2) a - João preparou o material/a bicicleta para a prova,  
 b - O aluno/o ciclista preparou o material para a prova,  
 (3) a - João terminou o quadro/o livro/a cerca/o trabalho/...  
 b - O ônibus terminou o circuito/no ferro velho.

Em (2), a natureza da ação varia conforme a seleção do complemento e/ou do sujeito gramaticais da oração. Em (3-a), o evento descrito depende de um componente “télico” (no sentido de PUSTEJOVSKY, 1995) dos itens lexicais complemento e, em (3-b), do sujeito e do complemento.

O fenômeno ainda se estende além dos verbos, envolvendo a adjunção/predicação adjetival e adverbial. Basta comparar, na forma acima, exemplos como:

- (4) a - Sócrates/essa mistura de leite e manga é mortal,  
 b - O choupou nessa ilha/a qualhada/essa restrição é natural;

(5) Resolvi o problema/prefiro comer/saí da sala naturalmente.

Se tratamos os papéis temáticos como conseqüência dessa estruturação do sentido das expressões, também a determinação do conteúdo semântico desses papéis deve ser sensível a processos componenciais. E é o que acontece. Em:

- (6) a) O pai deu livros/alegria/tarefas ao filho,  
b) O pai/ o ônibus deu voltas no parque,

à medida em que varia o objeto, alteram-se os papéis temáticos associados aos outros argumentos: o objeto indireto recebe diferentes papéis temáticos de Beneficiário, Experienciador e Agente em (a); e o sujeito gramatical é, respectivamente, Agente-Fonte e Causa em (a), Tema (no sentido de Gruber-Jackendoff) em (b).

Lembrem-se, ainda, observações anteriores de que, tanto no caso de Predicados secundários como no caso de adjuntos adverbiais, um dos argumentos recebe composicionalmente um papel temático que resulta de uma dupla Predicação.<sup>62</sup> Nos exemplos, já mencionados anteriormente, que retomo aqui, *empregado* e *professor* recebem o papel temático Agente da Predicação primária e Experienciador da Predicação secundária:

- (7) a - O empregado saiu aflito da reunião,  
b - O empregado saiu com dor de cabeça da reunião;  
(8) a - O aluno encontrou o professor aflito naquela tarde,  
b - O aluno encontrou o professor com dor de cabeça naquela tarde.

Em:

(9) O barqueiro atravessou o canal rapidamente em uma canoa, *o barqueiro* recebe um papel temático Agente da Predicação primária, mas, ao mesmo tempo é qualificado e localizado, componencialmente, pela expressão complexa que inclui os adverbiais *rapidamente* e *em uma canoa*.

Um terceiro argumento a favor de uma análise componencial com base em restrições ou favorecimento à aceitabilidade de certas construções, como ergativas, passivas e médias. WHITAKER-FRANCHI (1989) observa que a expansão do verbo mediante adjunções favorece, em certos casos, a alternância causativa/ergativa:

(10) a - \*A conferência concluiu

b - A conferência concluiu com algumas recomendações;

(11) a - \* Seu vestido corta

b - Cuidado que seu vestido vai cortar tudo nessa máquina.

LEVIN e RAPPAPORT-HOVAV (1995, p. 85) chamam a atenção para o fato de que é um fenômeno geral o fato de restrições seletivas sobre a variante inacusativa/ergativa de verbos transitivos dependerem do sentido dos complementos possíveis na forma transitiva:

(12) a - João quebrou todas as louças da estante,

b - As louças da estante quebraram;

(13) a - João quebrou a promessa/o contrato/o recorde mundial,

b - \* O recorde mundial/o contrato/a promessa quebrou;

(14) a - O vento abriu a porta bem devagar,

b - A porta abriu bem devagar com o vento;

(15) a - Esse livro abriu a mente/perspectivas novas,

b - \* A mente/perspectivas novas abriram com esse livro.

CANÇADO (1995)<sup>63</sup> mostra como uma classe de verbos psicológicos que tomam como sujeito uma causa indireta não admite passiva:

(16) a - João preocupa sua mãe

b - \* A mãe de João é preocupado por ele.

Ora, uma adjunção pode alterar o sentido de um verbo transitivo-ativo de modo a levar às mesmas conseqüências:



- (17) a) João [matou/matou de inveja] o colega,  
 b) O colega [foi morto/\*foi morto de inveja] por João

O fato de adjuntos adverbiais e a negação favorecerem a aceitabilidade das construções médias (estativas) com verbos transitivos foi já largamente noticiado na literatura:<sup>64</sup>

- (18) a) \* O molde desse vestido está cortando,  
 b) O molde desse vestido está cortando fácil,  
 c) O molde do vestido não está cortando fácil assim.

Em outros domínio descritivos, o mesmo fenômeno se repete. DOWTY (1979) e mais extensamente VERKUYL (1972, 1989) mostram como se alteram composicionalmente as propriedades aspectuais dos verbos e, conseqüentemente, as restrições sintático-semânticas a eles associadas não somente na dependência dos argumentos, mas, ainda, dos adjuntos com que se empregam nas orações. Sabe-se, por exemplo, que uma oração expressando uma atividade durativa (19-a), se interpreta como um processo terminativo em (19-b):

- (19) a) John walked for an hour/\* in an hour  
 b) John walked to Boston \*for an hour/in an hour

Verkuyl mostra, em sua álgebra composicional, como propriedades semânticas dos argumentos levam a interpretar-se a oração ora como um evento, com aspecto terminativo, ora como um processo durativo, ora como um estado:

- (20) a - João tocou essa sonata ontem,  
 b - João toca sonatas;
- (21) a - João detesta ouvir aquela sonata,  
 b - João detesta ouvir sonatas.

Enfim, como um exemplo a mais entre outros, NEGRÃO (1997), estudando as propriedades dos quantificadores distributivos, observa

que a agramaticalidade, por impossibilidade de distribuir o quantificador *cada* em orações como:

(22) \* Alguns alunos leram cada livro,

se tornam perfeitas quando a distribuição se torna possível dentro do próprio sintagma quantificado, se lhe adjungimos um modificador:

(23) Alguns alunos leram cada livro escrito por Chomsky.

Podemos ainda mostrar que o mesmo ocorre com adjuntos adverbiais:

(24) a - Alguns alunos leram pacientemente cada livro,

b - Alguns alunos leram cada livro até a última página.

Há, pois, condicionantes do processo interpretativo e mesmo da possibilidade de instanciação de certas estruturas sintáticas determinadas não somente pelas propriedades semânticas e formais dos itens lexicais, mas pelo produto da combinação deles em objetos sintáticos complexos. Todos os contextos estudados evidenciam que, além da combinatória formal, a cada passo na derivação se constituem estruturas de sentido por uma relação semântica a que chamo Predicação.

**3.2** Dados os fatos apontados no item anterior, não basta que a composicionalidade se expresse em uma teoria que simplesmente insere itens lexicais em uma sintaxe composicional, nem que a composicionalidade semântica se determine pelos métodos e processos trazidos de uma teoria geral da inferência lógica. Cito PUSTEJOVSKY (1995, p. 1):

“Se vemos o objetivo de uma teoria semântica como o de ser capaz de associar recursivamente sentidos a expressões, para dar conta de fenômenos como a sinonímia, a antinomia, a polissemia e a metonímia, então a composicionalidade depende, em última instância, daquilo que as categorias básicas da linguagem denotam. A visão tradicional é a de que as palavras se comportam como funtores ativos ou como argumentos passivos ...”

Mas nós pudemos ver como funtores e argumentos, modificadores e modificados interagem na construção do sentido da oração e mesmo

“como podemos mudar a maneira pela qual as categorias podem denotar. Conseqüentemente, o estudo compreensivo da semântica lexical pode ser um meio de reavaliar a verdadeira natureza da composição semântica na linguagem.”

O domínio pelo falante/intérprete desse processo complexo faz parte integrante de sua “competência semântica”. Neste plano da análise, para uma teoria gramatical, a competência lingüística é vista como mais do que simplesmente construir uma sentença (plenamente) interpretável e como mais do que saber em que condições uma sentença é verdadeira: a capacidade (faculdade) que lhe permite construir estruturas sintáticas deve corresponder passo-por-passo uma estrutura de sentido, como função (intensional) que associa coordenadas contextuais e co-textuais (para utilizar a distinção de Bar-Hillel) a denotações e desta, pragmaticamente, a referências.<sup>65</sup> A construção do sentido deve ser, então, mais estruturada e “regrada” do que se supõe.<sup>66</sup>

O que se pode, desde logo, extrair dessas observações é que, a cada operação sintática, que constrói objetos complexos a partir de elementos “predicativos”, sempre se estabelece uma relação semântica correlata de Predicação, independentemente de ser a configuração sintática definida como de predicação, de complementação ou de adjunção. Assim, a oração:

(25) Alunos vadios preparam (o) material d(o) exame descuidadamente,

contém muitos pares de expressões que se compõem sintaticamente por merge, aplicação (ou operação similar) e semanticamente por Predicação:

(26) alunos ← vadios,  
 material ← [da prova]  
 preparam → [material da prova]

- (27) [preparam material da prova] <— descuidadamente<sup>67</sup>  
 [alunos vadios] <— [preparam o material do exame descuidadamente]

Mas também, composicionalmente (mais do que componencialmente<sup>68</sup>), pela mediação do Predicado verbal:

- (28) [Alunos vadios] <— [descuidadamente]

visto que (25) acarreta:

- (29) Os alunos são descuidados quando preparam o material do exame.

Trata-se, em cada par, da combinação de expressões semanticamente compatíveis, ou mutuamente “predicáveis” no sentido de LYONS (1977, p. 161) ou “semantícais” no sentido de PUSTEJOVSKY (1995:40-42).

A Predicação envolve, pois, crucialmente uma co-determinação dos constituintes que se concatenam na oração e relações semânticas, particularmente de acarretamento e pressuposição. Embora não haja consenso sobre como definir essas relações, basta-nos aqui aceitar:

- (30) - uma expressão X *acarreta semanticamente* uma expressão Y, se e somente se toda situação que torna A verdadeira, torna B verdadeira;
- uma expressão X *pressupõe semanticamente* uma expressão Y, se e somente, em qualquer dos dois casos abaixo:
- a) em toda situação que torna X verdadeira, ou
  - b) em toda situação que torna X falsa, Y é verdadeira.

Quero propor que são justamente essas relações que determinam o “conteúdo semântico” de diferentes Predicações, ou seja o conteúdo semântico das expressões tradicionais “predica de” e “modifica”. Com isso, voltamos ao velho debate que deu origem às Gramáticas de Caso e às estruturas argumentais temáticas: as relações semânticas entre um Predicado e seus argumentos não são as

mesmas, quando se levam em conta os papéis que cada um deles desempenha no evento. Ou seja, os “casos semânticos” ou “papéis temáticos” associados aos argumentos na Predicação expressam, justamente, as conseqüências semânticas da relação de Predicação que os argumentos contratam com Predicados de diferente tipo semântico. Em outros termos: se X Predica de Y, X e Y são associados a diferentes papéis temáticos por força da Predicação que entre eles se estabelece. Isto quer dizer: Agente, Paciente, Experienciador, etc. não são primitivos na teoria, mas etiquetas de noções funcionais semânticas, determinadas relacionalmente.<sup>69</sup>

Lembremos que Dowty explicitamente propôs que o conteúdo semântico dos papéis temáticos se definisse a partir da família de acarretamentos e pressuposições partilhadas por argumentos na mesma posição sintática aberta pelos verbos. Em um primeiro passo, define-se um papel temático individual que expressa todos os efeitos de sentido da Predicação. Assim, em:

(31) João beijou Maria,

o sentido lexical de *beijar Maria*, acarretamentos e pressuposições como:

(32) a - João agiu de um certo modo intencionalmente<sup>70</sup>

b - João tocou em Maria,

c - João pretende manifestar afeto a Maria,

d - João tem boca,

e - João e Maria estavam próximos na situação.

Em um segundo passo, se define um papel temático-tipo (como uma interseção sobre o conjunto de papéis individuais de classes de verbos), que expressa um sistema limitado de funções temáticas relevantes para a teoria gramatical.<sup>71</sup> Assim, um papel temático Agente associado ao argumento *João* corresponde à interseção dos acarretamentos e pressuposições da classe de verbos transitivo-ativos, como os que aparecem em:

(33) João beijou/matou/empurrou/atirou em/... Maria.

Se minha análise está correta, devo reformular parcialmente esta proposta falando de argumentos de “expressões Predicadoras” e não de verbos. Primeiro para incluir nesse termo os itens lexicais que entram em relações Predicativas, independentemente da categoria sintática em que se manifestam (nome, verbo, adjetivo/advérbio, preposição);<sup>72</sup> segundo, para dar conta do processo composicional criativo que reconstrói o sentido das expressões complexas.

Podemos agora esclarecer melhor o que significa “conteúdo semântico de diferentes Predicações”: trata-se de dizer que em cada Predicação se associa aos argumentos uma diferente qualificação semântica, pela qual se distingue um argumento de outro. Falo de uma relação lingüística, embora, obviamente, se possam distinguir, na interpretação objetos do mundo real, uns de outros, em virtude das propriedades que possuem enquanto participantes de um evento, até certo ponto independentemente da linguagem ou das representações semânticas que por ela se constroem e nela se representam.

O que resulta dessa perspectiva é que, embora distinguindo Predicação (enquanto relação mais abstrata, correlato semântico de toda operação sintática construtiva) de relações temáticas (enquanto determinando diferentes conteúdos semânticos da Predicação, por sua vez determinados pelas propriedades semântico-lexicais dos itens que entram nessas construções), ao mesmo tempo, estabelecemos entre essas duas noções a correlação estreita que está presente em trabalhos como os de JO NAPOLI (1989) e WILLIAMS (1995).

Resta-nos, na verdade, uma questão. Generalizando como generalizamos não somente a noção de Predicação, mas, ainda, a noção de relação temática para toda construção envolvendo categorias substantivas, não perdemos de vista distinções relevantes para a teoria gramatical, ou seja, as que contrapõem estruturas sintáticas de Predicação, da complementação e da adjunção? Pensamos poder mostrar que elas não são determinadas senão na sintaxe ela mesma, isto é, pelo próprio processo de construção e transformação das expressões, motivado pelos modos de organização do discurso. Mas isto nos levaria muito além do necessário, como suporte para o desenvolvimento do tema neste curso.

## NOTAS

<sup>1</sup> Não posso estender-me aqui em uma crítica histórica dessas noções, discutidas em uma bibliografia secular. Seleciono, assim, sempre arbitrariamente, algumas perspectivas sob maior luz, suficientes para exibir as diferenças fundamentais de concepção. Do mesmo modo, ao referir-me a autores e textos, faço-o para ilustrar um ponto ou outro exemplificativamente.

<sup>2</sup> Utilizo os termos metateóricos – categorias, relações e funções – com um sentido determinado. *Categorias* refere-se a propriedades ou conjuntos de propriedades estruturadas que permitem agrupar elementos de uma *coleção* (APOSTEL, 1967) em conjuntos ou classes: no sentido saussureano, um princípio de classificação. *Relações* tem um sentido construtivo: traduz o liame entre elementos que estruturam um conjunto e permitem construir objetos complexos a partir de objetos simples do sistema. *Funções*: refere-se aos papéis determinados para os elementos pelas relações que contratam nas unidades complexas (*Functionos* em HJEMSLEV, 1966, p. 49). Nesse sentido é que predicado e sujeito são sempre termos funcionais. Ver CHOMSKY, 1965, p. 63-75; FRANCHI, 1976, p. 73-74, 84-85.

<sup>3</sup> Uso informalmente o termo *eventualidade* no sentido de BACH (1981) ou de KAMP e REYLE (1993, p. 509, 595-598) para incluir, sob uma única rubrica, eventos, ações, causações, processos, estados e relações. Ver CHIERCHIA (1989) para um tratamento formal dessa noção. *Proposição* se usa aqui (como em GEACH, 1962, p. 22-25) em um sentido lingüístico tradicional (ou seja, na esfera dos signos) – aquilo que se propõe, que se formula – sem qualquer compromisso ontológico, como substituto de *pensamento/Gedanke* na tradição fregeana, para significar um suposto tipo de entidades não lingüísticas. O seu correlato seria uma situação ou um estado de fato (REICHENBACH, 1947, p. 5, 15, 80-82). É à proposição, tal como entendida na formulação acima, que Geach chama *predicação*.

<sup>4</sup> Mais claramente se vê este ponto em KAMP e REYLE (1993). Nas DRS (discourse representation structures) que propõem como forma da interpretação de orações e textos, predicação e predicado não são necessariamente noções relativas a *termos* ou constituintes das expressões sintaticamente construídas das línguas naturais, mas relativas a objetos e relações no domínio de interpretação (indivíduos e propriedades). Assim, podem dizer que, em uma oração como *Jones owns Ulysses*, a combinação dos nomes *Jones* e *Ulysses* e do verbo *owns* significa que os indivíduos indicados pelos nomes satisfazem o predicado expresso pelo verbo (p. 61); e que na estrutura DRS:

(i)	-----	
		x y
		Jones (x)
		Ulysses (y)
		owns (x, y)
	-----	

x, y representam o conjunto dos referentes no discurso (o universo da DRS) e as restantes expressões representam as condições de interpretação (DRS-conditions) que incluem o predicado *owns* e devem ser entendidas como representando a predicação dos indivíduos representados por x, y, ou seja, a afirmação de que o indivíduo tem a propriedade de significada por *owns*.

<sup>5</sup> As aspas são colocadas de propósito. Na linha deste texto, “deficiências” deve substituir-se por “diferenças”. Como se verá, insisto em distinguir “forma lógica” de “forma gramatical”, quando esses termos se referem a expressões das línguas naturais.

<sup>6</sup> Davidson focaliza particularmente as orações com verbos de ação. Tem sido habitual, porém, estender a análise a processos (mesmo processos mentais) e estados, ou seja, a eventualidades no sentido da nota 3. Ver, por exemplo, HIGGHINBOTHAM (1985). Prossigo admitindo, sem mais, essa extensão.

<sup>7</sup> Há antecedentes intuitivos e informais desta proposta na tradição gramatical. (GARDINER, 1932), entre as formas de predicação, inclui a sentença como um todo: um predicado de (ou uma reação a) um estado de coisas que está fora dela, ou seja, como o nome predica de um objeto, a oração predica de um evento ou de uma situação.

<sup>8</sup> DAVIDSON (1967, p. 109) observa que não seria necessário representar separadamente as relações expressas pelas preposições, tratando *atravessar* como um predicado de quatro ou mais lugares. Mas tratar as preposições como parte integrante do verbo, somente ocultaria um aspecto fundamental da estrutura lógica e obscureceria uma outra inferência:  $\exists e$  [atravessar(João,o canal,e)]. Sobre a análise das preposições como predicados, ver ainda CRESSWEL, 1985, DOWTY, 1979, WUNDERLICH, 1991, entre outros.

<sup>9</sup> Davidson não se estende sobre esse tipo de advérbio descritivo. Suas reticências são motivadas sobretudo pelo fato de que esse e similares advérbios descritivos são em geral vagos. De fato, (i), por exemplo, não acarreta (ii):

- (i) João atravessou o canal rapidamente em uma hora,
- (ii) João atravessou o canal rapidamente;



pois tal acarretamento dependeria sempre de que saiba o modo de atravessar (a nado, em uma canoa, em uma lancha de competição), sobre a extensão do canal e sobre os parâmetros escalares de “rapidez” em cada caso (o que é “ser rápido” para uma travessia a nado, em uma canoa, em uma lancha de competição). Como observa, porém, CRESSWELL (1985, p. 27), pode-se introduzir na representação semântica de *rapidamente* (mais precisamente de *V(rapidamente)*) uma condição paramétrica que se refira a uma classe de comparação para reduzir essa vaguidade. Ou mesmo fazer depender a verdade de (ii) de um conjunto de pressuposições pragmáticas, o que enfraqueceria a teoria para os propósitos de Davidson, mas tornaria (10) uma representação lingüística adequada da descrição do evento em (9).

<sup>10</sup> Essa extensão, assumem-na habitualmente os que se louvam em Davidson para o tratamento dos advérbios. E’ o caso da versão lingüística da proposta de Davidson feita por HIGGINBOTHAM (1985, p. 362).

<sup>11</sup> Na tradição filosófica, autores como QUINE (1960) e STRAWSON (1972) também definem a predicação como uma relação entre termos: as expressões que se combinam para formar uma sentença (no esquema funcional  $f(a)$ ) se distinguem como tendo um sentido *universal* e *particular*. A distinção se aproxima da que sugere JESPERSEN (1924, p. 203) quando define o sujeito como um elemento relativamente mais definido e especializado do que o predicado, menos definido e que se aplica a um número maior de objetos.

<sup>12</sup> Emprego informalmente esses termos descritivos que possuem, suponho, um sentido intuitivo suficientemente claro para meus propósitos aqui. Uma teoria dos papéis semânticos se desenvolve detalhadamente em outro texto (FRANCHI, 1997-b). Ver, também, CANÇADO, 1995.

<sup>13</sup> Traduzo quase literalmente STOWELL (1981, p. 34), cujas pesquisas contribuíram diretamente para a revisão da teoria padrão e a construção da teoria de Princípios e Parâmetros. Ver, também, MARANTZ (1984, cap.1).

<sup>14</sup> Não posso estender-me aqui sobre essas diferentes tendências dentro do gerativismo. Ver, entre tantos outros, para a gramática de casos: FILLMORE (1968, 1972, 1977); para a semântica gerativa: MCCAWLEY (1968-a, 1968-b) e LAKOFF (1971, 1972); para a teoria de princípios e parâmetros: CHOMSKY (1981, 1986) e STOWELL (1981).

<sup>15</sup> Não pretendo rever ou criticar aqui a teoria da predicação de Jo Napoli: a clarificação conceitual de que necessita ficará clara em 3. Ver ROTHSTEIN, 1990.

<sup>16</sup> Das teorias acima citadas, a gramática de casos (por exemplo, FILLMORE, 1968) e a semântica gerativa (por exemplo, MCCAWLEY, 1968-a,b; LAKOFF, 1970, 1971) constroem a estrutura sintática tradicional da oração mediante transformações (alçamento à posição externa do sujeito/alçamento do predicado) de uma

estrutura semântica de base, construída, respectivamente, em termos de “casos semânticos” e de relações semânticas de argumentos com meta-predicados em que o item lexical verbal se decompõe. Passa-se derivacionalmente da forma lógica assim expressa à forma gramatical da oração. Na semântica interpretativa de JACKENDOFF (1972), a estrutura temática se representa no léxico; a estrutura sintática se constrói, como tradicionalmente, pela combinação de um SN-sujeito a um SV-predicado. A relação entre ambas é exclusivamente estabelecida no processo de interpretação.

<sup>17</sup> Na teoria de princípios e parâmetros, inúmeras definições formais foram propostas. Posso indicar somente aqui trabalhos como os de WILLIAMS (1980, 1981, 1984), STOWELL (1981, 1983), ROTHSTEIN (1983), MARANTZ (1984), EMONDS (1985), GUNNARSON (1986), ZUBIZARRETA (1986).

<sup>18</sup> O resumo informal a seguir contém os aspectos mais importantes dessa teoria. Estou consciente de que não faço mais do que uma grosseira aproximação.

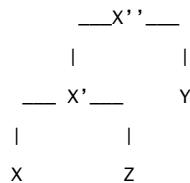
<sup>19</sup> Os princípios se formulam em diferentes sub-teorias ou módulos – a teoria- $\theta$ , que inclui o princípio de projeção e o critério- $\theta$ ; a teoria dos Casos, com o princípio de visibilidade como condição de “marcação” sintática (estrutural, lexical ou morfológica) como condição de interpretação das relações temáticas; a teoria das “barreiras”, com princípios de localidade como condição a move- $\alpha$ ; a teoria da vinculação, que estabelece as condições de interpretação de elementos referencialmente dependentes (reflexivos) e da referência disjunta.

<sup>20</sup> Informalmente, uma cadeia  $\langle \alpha, e_1, \dots, e_i \rangle$  expressa a relação entre uma categoria  $\alpha$  movida para uma posição sintática mais alta e os vestígios dessa categoria nas posições sintáticas de onde foi sucessivamente movida. Uma categoria  $\alpha$  não movida é uma cadeia trivial.

<sup>21</sup> Estou usando o termo “parâmetros” de um modo sabidamente abusivo e vago. Por exemplo, ao contrário do que penso, a exigência de que toda oração tenha um sujeito se incluiria como parte de um princípio: o Princípio da Projeção estendida.

<sup>22</sup> O elemento “flexional” representa um conjunto de especificações morfológicas foneticamente realizadas ou abstratas, relativas a tempo, aspecto e concordância (número, pessoa) que tornam visíveis os papéis argumentais e a diátese verbal.

<sup>23</sup> O esquema X-barra é um esquema uniforme das estruturas sintagmáticas dos constituintes da oração:



(ordem irrelevante). Ver CHOMSKY (1970, 1986). Funcionalmente, X é o “núcleo” do sintagma representado e Y e Z são respectivamente seu “especificador” e seu “complemento”. Na descrição estrutural, adoto a hipótese do “sujeito interno”, em que a atribuição dos papéis temáticos é um processo local, interno à projeção do predicator.

<sup>24</sup> Os índices temáticos  $\theta_1, \theta_2, \dots, \theta_n$  são nada mais do que propriedades dos itens lexicais que se substituem às variáveis individuais na representação dos predicados como funções proposicionais (DOWTY, 1989).

<sup>25</sup> Importa notar que Gardiner, embora referindo-se à distinção Saussureana *langue* (parte social e convencionalmente determinada da linguagem) e *parole* (que corresponde ao domínio da liberdade individual) se afasta dela em pelo menos dois pontos importantes: não reduz a lingüística ao estudo da *langue* (excluindo a oração como unidade do discurso); admite, pois, que as orações podem estudar-se paradigmática e sintagmaticamente como manifestações de diferentes tipos conforme os “atos de fala” que nelas se instanciam e exibem regularidades composicionais que constituem a “forma” das sentenças, dependente sobretudo da predicação. Farei, ainda, em outros pontos, referência ao fato de que Gardiner estende a noção de predicação sob diferentes pontos de vista e com intuições retomadas modernamente. Vejam-se CAMARA JR., 1954, p. 163; MOSCHLER e REBOUL, 1994, p. 47-52.

<sup>26</sup> Como observa JESPERSEN (1924; p. 200-201) há que fazer-se grande esforço para imaginar sutileza mais fina e mais inútil. Por que não evitar o emprego nesse sentido dos termos *sujeito* e *predicado* e dizer simplesmente que em toda comunicação o que é novo para o interlocutor pode encontrar-se em não importa que lugar da frase?

<sup>27</sup> O português (como o italiano, o alemão e inúmeras línguas) não realiza necessariamente a focalização com deslocamento do elemento focalizado à esquerda. Basta o acento contrastivo para obter-se o mesmo efeito de sentido:

i - Você deveria ler *esse livro*.

Na teoria gerativa, porém, essa focalização mais baixa na estrutura superficial motiva o movimento do elemento focal para uma posição periférica na derivação da representação sintática da Forma Lógica.

<sup>28</sup> Deve o leitor ir ao artigo de Rizzi para uma análise mais detalhada e uma argumentação cerrada que justifica, com base em diferentes propriedades sintáticas, sua hipótese estrutural. Observe-se, porém, desde já, que o estatuto funcional do tópico e do foco permite questionar essa estrutura pelas mesmas razões que se questiona na teoria gerativa a introdução de etiquetas como sujeito e predicado como nódulos de um esquema categorial. Ver, por exemplo, CHOMSKY, 1965, cap. 2; FRANCHI, 1975.

<sup>29</sup> Sobre a caracterização descritiva do tópico e do foco, ver, entre outros, KUNO, 1972; LAMBRECHT, 1982; e, particularmente, ILARI e FRANCHI, 1983.

<sup>30</sup> As distinções de Halliday são bem mais finas e sutis do que posso mostrar em uma brevíssima síntese. Remeto o leitor aos textos citados do autor e, em português, a ILARI (1974, 1992).

<sup>31</sup> Lembre-se que HALLIDAY (1985, p. XIX) não considera possível separar, no estudo das línguas naturais, função/forma, semântica/gramática. Textualmente: “How do we know where the one ends and the other begins? The answer is we don’t: there is no clear line between semantics and grammar, and a functional grammar is one that pushed in the direction of the semantics”.

<sup>32</sup> Encontra-se em um longo texto sobre a Teoria da Adjunção, um tratamento mais detalhado, colocando os problemas teóricos, analíticos e descritivos que as hipóteses sugeridas levantam, incluindo estudos sobre os sintagmas adjetivos, os sintagmas preposicionados, as reduzidas de gerúndio, e um apêndice sobre as orações infinitivas.

<sup>33</sup> Devem ser explicadas na construção sintática as conhecidas assimetrias entre o sujeito e o objeto direto em fenômenos de extração e vinculação (RIZZI, 1978; BELLETTI e RIZZI, 1980; MOHANAN, 1980; CHOMSKY, 1981, p. 78, 158; MARANTZ, 1981, 1984; HASEGAWA, 1981; HUANG, 1982; HALE, 1982, 1983; SAITO, 1985; etc.

<sup>34</sup> GEACH (1962, p. 28) nos recomenda acautelar-nos de supor que a proposição admite somente uma análise em “sujeito” e “predicado”. Em *Pedro matou Paulo*, há uma predicação a respeito de Pedro e uma diferente predicação a respeito de Paulo, podendo ambos ser tomados como o “sujeitos lógicos” (como Aristóteles observou há muito tempo, *Analytica Priora*, I, 36). A lógica, diz ele, estaria inutilmente aleijada se a mesma proposição não pudesse ser analisada em muitas formas diferentes. Ver também KAMP e RYLE, 1993, p. 63.

<sup>35</sup> Na p. 201, Jespersen cita, sem as críticas duras que faz a outras definições, a de Couturat (*Revue de Metaphysique*, janeiro de 1912): toda palavra de rang 1 contido em uma frase como (33) é um sujeito lógico. Jespersen reserva, entretanto, o termo sujeito “tout court” à relação nexal formadora da sentença.

<sup>36</sup> Ver JESPERSEN (1924, cap. VII e VIII). CHIERCHIA (1984, p. 77 e ss.) retoma a hipótese dos três ranks de Jespersen e lhe dá uma tradução teórica moderna.

<sup>37</sup> Mas WILLIAMS (1983) rejeita a necessidade de uma estrutura específica para as chamadas “small-clauses”.

<sup>38</sup> Os leitores familiarizados com a literatura gerativista devem estranhar a inclusão das infinitivas entre as “small-clause”. A inclusão é natural quando esse termo se substitui pela noção tradicional de “orações reduzidas”. Mas não se trata somente de uma questão de terminologia, sobretudo quando se recusa para a reduzida de infinito a hipótese de uma estrutura oracional. Ver nota 40 a seguir.

<sup>39</sup> Ver particularmente CHOMSKY (1981, 1986), MONTALBETTI (1984), entre tantos outros.

<sup>40</sup> Sobre o tratamento da construção infinitiva como uma oração, ver CHOMSKY (1981, 1986), KOSTER e MAY (1982); para a hipótese-SV concorrente, ver BRAME (1976), BRESNAN (1978), CHIERCHIA (1984), EMMONDS (1985).

<sup>41</sup> Stowell define a posição estrutural de *sujeito* (para distinguir da função de sujeito da oração):

- (i) O *sujeito* de um sintagma X” é o argumento diretamente dominado por X” (ou seja, o seu especificador).

A definição dá conta diretamente da noção de sujeito gramatical da oração que se realiza (via move- $\alpha$  ou não) na posição de especificador de I, fazendo I’ corresponder ao predicado tradicional que inclui o sintagma-verbal como seu complemento. Dá conta, ainda, da noção de “sujeito” de um SN, relevante, por exemplo, para questões como as de atribuição de caso (CHOMSKY, 1981), controle (CHOMSKY, 1986, p. 122-123) e vinculação (CHOMSKY, 1981). Dá conta, enfim, do sujeito nas “small-clauses” e em outros complexos funcionais completos.

Ver, ainda, a definição de HASEGAWA (1981), retomada por EMMONDS (1985):

- (ii) O sujeito de uma categoria X é o mais próximo N máximo que minimamente c-comanda X’.

<sup>42</sup> Estendo-me sobre essa hipótese no texto “Teoria da adjunção” e mais extensamente no texto “Teoria generalizada dos papéis temáticos”. Aqui basta apontar para hipóteses alternativas, já que todas levam à mesma conclusão: as construções infinitivas são instâncias de predicação.

<sup>43</sup> Além disso, no caso das “small-clauses”, que envolvem necessariamente uma relação de predicação, pode-se dispensar a incômoda etiqueta “SC” que não possui motivação categorial satisfatória, sem perda do valor explicativo dessa estrutura em relação a outros fenômenos sintáticos (CHOMSKY, 1986-b).

<sup>44</sup> A análise a seguir, feita para o exemplo 25-a, pode ser facilmente estendida aos outros exemplos do mesmo tipo com predicativos adjetivais ou preposicionais.

<sup>45</sup> Preferi analisar essa interpretação em termos de pressuposição por poder ser esta cancelada pela negação da predicação-fonte (ver, entre outros GAZDAR, 1969, cap. 5). Comparem-se:

- i - a) # João parou de bater na mulher porque, na verdade, nunca bateu nela,  
 b) João não parou de bater na mulher porque, na verdade, nunca bateu nela;  
 ii - a) # Os alunos liam desesperados o texto de Chomsky porque, na verdade, nunca leram o texto de Chomsky,

b) Os alunos não liam desesperados o texto de Chomsky porque, na verdade, nunca leram nenhum texto de Chomsky.

<sup>46</sup> Desse ponto de vista, o predicado secundário não se distingue dos adjuntos que, habitualmente, se caracterizam pelo fato de saturarem o papel temático hierarquicamente proeminente sobre um argumento já relacionado- $\theta$ . Ver meu texto sobre a teoria da adjunção, em que me estendo sobre as construções com predicado secundário.

<sup>47</sup> A argumentação de Stowell permite expressar outras propriedades que distinguem a predicação primária com verbos de ligação (e as “small-clauses” complementos de um modo geral) da predicação secundária. Observe-se, inicialmente, que categorias lexicais de predicadores, como SV, SA, SP, são transparentes à regência pelo predicado principal que os toma como complemento, análise necessária à explicação da atribuição excepcional de caso em:

- (i) a - João viu [Pedro sair] / João *o* viu sair,
- b - João considera [Pedro inteligente] / João *o* considera inteligente,
- c - João prefere o quadro na sala / João *o* prefere na sala;

É, portanto, impossível existir uma oração complemento (ou “small-clause”) com um sujeito PRO, se assumimos que PRO se caracteriza pelos traços [+ pronominal] e [+ anáfora] e que não pode ser regido como se deriva dos princípios A e B da teoria da vinculação. Em estruturas de controle, as orações (ii-a,b) e (iii-a) são gramaticais, com uma subordinada oracional com PRO; (ii-c) é gramatical em uma “small-clause” com “sujeito” pronominal reflexivo; mas (ii-d) e (iii-c), com predicado adjetivo, são agramaticais:

- (ii) a - João<sub>i</sub> quer [<sub>S</sub> PRO<sub>i</sub> sair],
- b - João<sub>i</sub> quer [<sub>S</sub> PRO<sub>i</sub> ser livre]
- c - João se<sub>i</sub> quer [ t<sub>i</sub> livre],
- d - \* João quer [<sub>SA</sub> PRO livre];
- (iii) a - João<sub>i</sub> tentou [<sub>S</sub> PRO<sub>i</sub> sair],
- b - João<sub>i</sub> tentou [<sub>S</sub> PRO<sub>i</sub> ser livre],
- c - \* João tentou [<sub>SA</sub> livre];

As orações reduzidas A/P em (68), em adjunção ao SV, são gramaticais, visto que um adjunto não é regido (constitui, como C” uma barreira à regência de seus constituintes por um regente externo).

<sup>48</sup> Cito STHEINTAL apud JESPERSEN (1923, p. 201-202). Embora mantenha funcionalmente distintas as noções de nexos e junção, este autor, na página 120,

reconhece uma similaridade estrutural em outro nível de análise, análogo à distribuição das palavras em “partes do discurso”, mas que não repousa inteiramente nela, entre:

- (i) a - a furiously barking dog
- b - the dog barks furiously

Há uma relação de subordinação (a que faço corresponder uma predicação semântica) entre *barking/barks* e *dog*, e entre *furiously* e *barking/barks* formando uma hierarquia de dependências de rang  $1 > 2 > 3$ .

<sup>49</sup> Por exemplo, distinguem “modificação” de predicação ZUBIZARRETA (1983), MARANTZ (1984), JO NAPOLI (1989).

<sup>50</sup> Ver entre outros ALI (1921), DIAS (1954).

<sup>51</sup> O mesmo ocorre em outras línguas. Ver, para o inglês, AKMAJIAN (1977), EMMONDS (1985).

<sup>52</sup> Ver, por exemplo, os diferentes tipos de construções gerundivas em EMMONDS (1985).

<sup>53</sup> Excluí deste texto a discussão sobre as estruturas de tópico que, como WILLIAMS (1980), incluo entre as instâncias de predicação.

<sup>54</sup> Essa preocupação me vem desde a leitura de BIERWISH (1970, p. 416), que sugeria que a semântica lingüística deveria tomar uma direção radicalmente diferente, inversa, da que se toma na lógica quantificacional. Em vez de tomar indivíduos como ponto de partida da construção de conjuntos exaustivos e parciais pela quantificação universal e existencial, a semântica lingüística deveria provavelmente partir de conjuntos) que seriam posteriormente com respeito à participação de elementos em um particular estado de fato. De um modo mais radical, falo de representações predicativas, de propriedades características categoriais, que se associam a estados de fato e, pois, aos elementos que deles participam, mediante operadores dêiticos (os especificantes de Bierwish) e quantificacionais (delimitativos).

<sup>55</sup> Ver nota 3 na introdução a estes textos.

<sup>56</sup> Ver porém ROTHSTEIN (1983), que prefere tratar esses resultativos em uma estrutura de adjunção.

<sup>57</sup> Ver, entre os lingüistas, a crítica de WILLIAMS (1995, p. 63).

<sup>58</sup> Por isso, a crítica à análise tradicional incide, principalmente, sobre a noção de sujeito (REICHENBACH, 1947, p. 81, 253), com uma conseqüente obliteração da assimetria sintática das funções gramaticais nas expressões das línguas naturais. Não se pode objetar que nomes comuns (e, aliás, até nomes próprios, como sugere WILLIAMNS, 1995) se construam claramente como predicados, como em:

- (i) a - Meu pai está uma fera,  
 b - Encontrei meu pai uma fera,  
 c - Estou achando meu pai uma fera.

“Predicado”/”sujeito” ou “argumento” são termos funcionais determinados, pois, pelas relações em que entram os constituintes, independente da categoria a que pertencem.

<sup>59</sup> Alguns fenômenos sintáticos e semânticos corroboram a assimetria das funções gramaticais. Ver CHOMSKY, 1981; HUANG, 1982; MARANTZ, 1984; SAITO, 1985.

<sup>60</sup> Uso maiúscula, daqui em diante, para distinguir de “predicação” em diferentes concepções. A escolha do termo é difícil; uma outra possibilidade seria “determinação”, seguindo uma tradição medieval da gramática modista ou, como sugere FEYS (1946), como correlato semântico da aplicação na linguagem combinatória. Mas o termo é tão ou mais comprometido e mais vago.

<sup>61</sup> MARANTZ (1984), CHOMSKY (1986) já mostravam que SV e não o núcleo verbal “atribui” papel temático ao argumento externo-sujeito. FUKUI (1986) e SPEAS (1987) estendem o processo componencial à relação de outros ranks sintagmáticos do predicador com outros argumentos não-sujeitos. JO NAPOLI (1989) mostra o papel da relação sujeito-predicado na interpretação semântica do predicado. FRANCHI (1975) e CANÇADO (1995) assumem a componencialidade como a regra geral.

<sup>62</sup> Poderíamos dizer “o argumento recebe um duplo papel temático”, entendendo o princípio de unicidade do critério- $\theta$  como restrito a cada predicador. Ou, ainda, formulando-se o critério- $\theta$  combinado com o princípio de visibilidade, como o fez CHOMSKY (1996-a, p. 97) e que retomo aqui de 1.3:

- (i) Cada argumento deve aparecer em uma cadeia contendo uma única posição- $\theta$  visível sintaticamente pela atribuição de um Caso e cada posição- $\theta$  é visível sintaticamente em uma cadeia contendo um único argumento  $\alpha$ .

De fato, uma consequência da adoção dessa formulação é a de que uma posição-theta, visível para um dos argumentos, pode saturar múltiplos papéis temáticos.

<sup>63</sup> Ver também JACKENDOFF (1972).

<sup>64</sup> Ver HALLIDAY (1967-68), FIENGO (1980), KEYSER e ROEPER (1984), LEVIN, (1993), etc.

<sup>65</sup> Que os lógicos não considerem esse conhecimento e essa concepção de composicionalidade relevante para seus propósitos pode-se justificar. Posição extrema é, por exemplo, a de LEWIS (1972); mais matizada, a de CRESSWELL (1973, 1985). Em posições intermediárias, podem-se ler KEMPSON (1975), DOWTY (1979), CHIERCHIA (1984, 1989). Não é, certamente, a opção correta para a lingüística (ver WEINRECH (1962), BIERWISH (1970), JACKENDOFF (1983, 1990), PUSTEJOVSKY (1995), entre outros).



<sup>66</sup> Não posso caracterizar aqui esse sistema. Certamente se distanciará dos que concebem essas representações como conjuntos de traços primitivos (KATZ, 1972; LAKOFF, 1971), e se aproveitará de estudos como os de CARNAP (1956), FODOR (1975) e de propostas (de)composicionais como as de JACKENDOFF (1990), DOWTY (1979), BIERWISH (1970), ou gerativas como a de PUSTEJOVSKY (1995).

<sup>67</sup> Tratei a preposição como uma relação de dois argumentos; *de* relaciona *material* a *prova* tornando o segundo termo dependente do primeiro (como na tradição gramatical e como, mais recentemente, em DAVIDSON, 1967; CRESSWELL, 1985; WUNDERLICH, 1991, entre outros. No caso do advérbio, trato-o como predicado de segunda ordem, sem acompanhar as extensões que se fazem da proposta de DAVIDSON (HIGGINBOTHAM, 1985); este tratamento não obedece à restrição que impus às regras combinatórias (em 0.1): exclui-se, neste nível de análise sintática e semântica, a incorporação à sintaxe de “variáveis individuais” (e, pois, variáveis de eventos), termos lógicos que não se expressam nas línguas naturais. O tratamento do advérbio se aproxima do que lhe dão JACKENDOFF (1972), THOMASON e STALNAKER (1973), CRESSWELL (1985).

<sup>68</sup> Vou usar, um tanto arbitrariamente, os termos “componencial” e “composicional”. Com o primeiro, refiro-me ao fato de que é ao resultado da construção de uma expressão complexa  $X = [YZ]$  que se deve atribuir uma propriedade da relação de X a outra expressão W, e não exclusivamente a propriedades de Y e de Z. Com o segundo termo, refiro-me aos casos em que se dá um processo transitivo pelo qual, se expressões X e Y contratam uma relação  $R_{i,j}XY$ , Y e Z contratam uma relação  $R_{i,j}YZ$ , então X e Z contratam uma relação  $R_{i,j}XZ$ .

<sup>69</sup> Ver JACKENDOFF, 1987, 1990; FRANCHI, 1976; FOLEY e VALIN, 1984; DOWTY, 1989, 1991; CHIERCHIA, 1989; CANÇADO, 1995. Ver, ainda, nota 5.

<sup>70</sup> Ver CANÇADO (1995) para uma discussão da noção de intencionalidade envolvida.

<sup>71</sup> Discutimos isto mais longamente em um texto preliminar de 1994 – “teoria generalizada dos papéis temáticos”. Ver CANÇADO, 1995. Observe-se, entretanto, que o fato de ser “papéis temáticos” uma noção derivável não a exclui necessariamente (como puramente descritiva) de ganhar um estatuto teórico, via extensão definicional, para a formulação de alguma regra ou princípio, como o princípio da hierarquia temática.

<sup>72</sup> Segue-se, nesse caso, uma tradição que estende a noção de rede temática a diferentes categorias, correspondendo à hipótese de homologia estrutural das categorias sintáticas desenvolvida a partir de CHOMSKY, 1970. Por exemplo, GIORGI e LONGOBARDI (1991) a estende aos nomes em sua “hipótese configuracional”; HIGGINBOTHAM (1985) aos adjetivos; WILLIAMS (1995), às preposições; FRANCHI (1976), a todas essas categorias.